



# **Companhia Energética do Ceará - Coelce** **Enel Distribuição Ceará**

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

## Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório da administração .....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	18
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais .....	22
Demonstrações do resultado .....	24
Demonstrações do resultado abrangente .....	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	26
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	27
Demonstrações do valor adicionado .....	28
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	29

# Relatório da Administração - 2023

Enel Distribuição Ceará

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ

**Relações com Investidores**

<https://ri.enel.com/publicacoes/central-de-resultados#publicacoes> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Enel Distribuição Ceará", ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2022, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (\*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

**1 CONTEXTO SETORIAL****Revisão Tarifária Periódica 2023**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

Em abril de 2023, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com um índice de correção negativo de -0,46% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. No entanto, considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
<b>Revisão Econômica</b>	<b>2,71%</b>
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
<b>Revisão Financeira</b>	<b>-3,17%</b>
<b>Revisão Total</b>	<b>-0,46%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>3,06%</b>

**Parcela A**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

## Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica.

- Ademais, foi homologado o Fator X de -0,30%, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,296%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

- i. Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 158.534 (conforme nota explicativa nº 12.2 da DFP).
- ii. Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 40.286, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (conforme notas explicativas nº 12.2 e 12.3 da DFP).
- iii. Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 28.090 (conforme nota explicativa nº 12.3 da DFP).

## Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

## Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a dezembro de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2022 e 2023, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

## Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

## Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução n.º 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023, respectivamente.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória n.º 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto n.º 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL n.º 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos

adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

### DESTAQUES DO PERÍODO

	2023	2022	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	11.792.710	12.212.544	-3,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	8.623.294	8.568.304	0,6%
EBITDA (1) (R\$ mil)	1.756.829	1.604.491	9,5%
Margem EBITDA (%)	20,37%	18,73%	1,64 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	23,88%	24,27%	-0,39 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	1.246.843	1.224.942	1,8%
Margem EBIT (%)	14,46%	14,30%	0,16 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	315.476	640.570	-50,8%
Margem Líquida	3,66%	7,48%	-3,82 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,29%	9,69%	-5,40 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	13.041	12.597	3,5%
CAPEX (R\$ mil)*	1.540.485	1.560.114	-1,3%
DEC (12 meses)*	9,76	10,08	-3,2%
FEC (12 meses)*	3,90	4,22	-7,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,39%	97,53%	-0,14 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	17,32%	15,93%	1,39 p.p
PMSO (3) / Consumidor*	154,79	117,67	31,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

### Mercado de Energia

#### NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\*

	2023	2022	Var. %
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.404.971</b>	<b>4.210.937</b>	<b>4,6%</b>
Residencial - Convencional	2.242.784	2.362.563	-5,1%
Residencial - Baixa Renda	1.441.019	1.069.324	34,8%
Industrial	6.387	5.823	9,7%
Comercial	188.311	182.060	3,4%
Rural	474.190	539.690	-12,1%
Setor Público	52.280	51.477	1,6%
<b>Cientes Livres</b>	<b>927</b>	<b>701</b>	<b>32,2%</b>
Industrial	243	209	16,3%
Comercial	649	476	36,3%
Rural	25	10	>100,0%
Setor Público	10	6	66,7%
<b>Revenda</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>4.405.898</b>	<b>4.211.640</b>	<b>4,6%</b>

A Companhia encerrou o ano de 2023 com uma alta de 4,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2022. A alta observada no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrada na classe residencial baixa renda e industrial.

Tal alta é parcialmente atribuída ao crescimento orgânico da base de consumidores e ao efeito da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 32,2% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

## Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	2023	2022	Var. %
Mercado Cativo	10.082	9.791	3,0%
Clientes Livres	2.926	2.759	6,1%
Revenda	14	12	16,7%
Consumo Próprio	20	35	-42,9%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>13.041</b>	<b>12.597</b>	<b>3,5%</b>

## Mercado Cativo

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	2023	2022	Var. %
Residencial - Convencional	3.549	3.769	-5,8%
Residencial - Baixa Renda	1.853	1.237	49,8%
Industrial	433	515	-15,9%
Comercial	1.434	1.509	-5,0%
Rural	1.188	1.181	0,6%
Setor Público	1.625	1.580	2,8%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>10.082</b>	<b>9.791</b>	<b>3,0%</b>

Em 2023 houve um incremento de 3,0% em comparação ao ano anterior, justificado pelas condições climáticas adversas registradas em 2022 que distorceu a análise, por outro lado um período de maiores temperaturas registradas ao longo de 2023, conseqüentemente, maior consumo. Cabe ressaltar que o crescimento se deu mesmo em um cenário de aumento significativo das instalações de painéis solares na região.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou 2023 uma alta de 49,8% se comparado ao mesmo período de 2022 explicados pelo crescimento orgânico de consumidores e intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 5,8% vis-à-vis o ano de 2022 atribuído parcialmente à migração de clientes convencionais para Geração Distribuída e ao reflexo da migração entre classes abordada acima.

A classe industrial apresentou redução de 15,9% em 2023 em comparação a 2022, explicado pela redução acumulada no consumo dos seguintes setores: Couro e Calçados (-27%), Têxtil (-14%) e Alimentos (-3%).

Na classe comercial, o ano de 2023 apresentou uma redução de 5,0% comparado ao mesmo período do ano anterior, decorrente da migração desses clientes para o mercado livre.

O Setor Público registrou alta de 2,8% em 2023 frente ao mesmo período do ano anterior atribuído ao aumento no consumo de energia decorrente das altas temperaturas.

Já a classe Rural registrou estabilidade no consumo frente o mesmo período do ano.

## Cientes Livres

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)\*

	2023	2022	Var. %
Industrial	1.882	1.863	1,0%
Comercial	907	772	17,5%
Rural	25	18	38,9%
Setor Público	111	105	5,7%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>2.926</b>	<b>2.759</b>	<b>6,1%</b>

O aumento no volume de energia aos clientes livres na comparação anual, é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado.

## Compra de Energia<sup>1</sup>

### COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

	2023	2022	Var. %
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	2.653	2.690	-1,4%
Angra 1 e 2	413	408	1,2%
PROINFA	228	234	-2,6%
Leilões e Quotas	8.872	8.309	6,8%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>13.011</b>	<b>12.932</b>	<b>0,6%</b>
Liquidação na CCEE	93	(470)	<-100,0%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>13.104</b>	<b>12.462</b>	<b>5,2%</b>

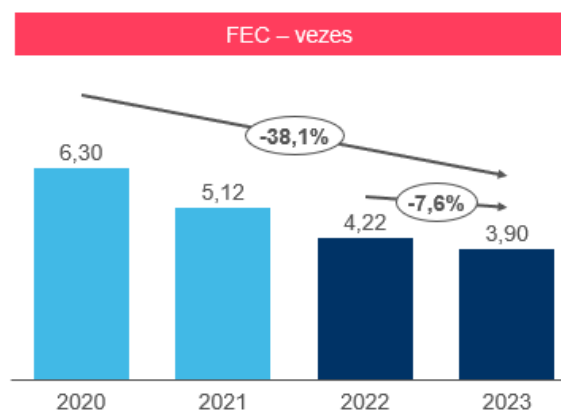
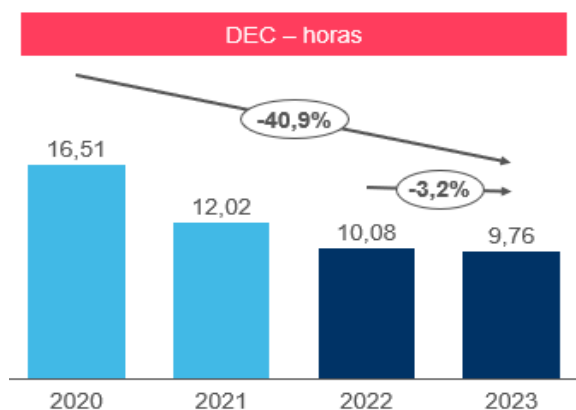
## Balanco de Energia<sup>2</sup>

### BALANCO DE ENERGIA\*

	2023	2022	Var. %
Energia requerida (GWh)	16.685	15.476	7,8%
Energia distribuída (GWh)	13.794	13.011	6,0%
Mercado Cativo	10.855	10.264	5,8%
Mercado Livre	2.939	2.747	7,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	2.891	2.465	17,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,32%	15,93%	1,39 p.p

## Indicadores Operacionais

### Qualidade do Fornecimento<sup>2</sup>



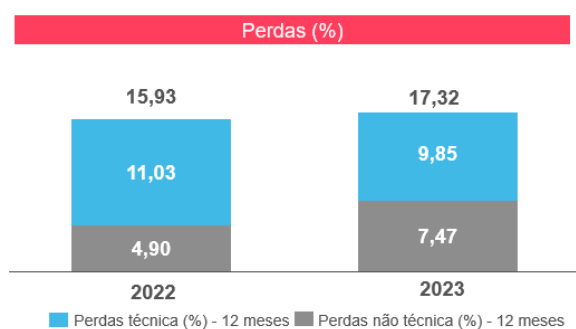
<sup>1</sup> Dados prévios referente ao 2023.

<sup>2</sup> Dados prévios referente ao 2023

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No ano de 2023 o DEC apresentou uma queda de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando novamente abaixo do limite regulatório que é de 9,82 confirmando a trajetória de queda registrada nos últimos anos. Já o FEC em 2023 apresentou uma redução de 7,6% em relação à 2022, também com a mesma tendência de queda.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite. É importante pontuar que o período de chuva no estado do Ceará foi acima da média em 2022, assim como as rajadas de vento e descargas atmosféricas. Adicionalmente fizemos um forte trabalho na redução dos atendimentos improdutivos com foco na melhoria da eficiência no atendimento emergencial.

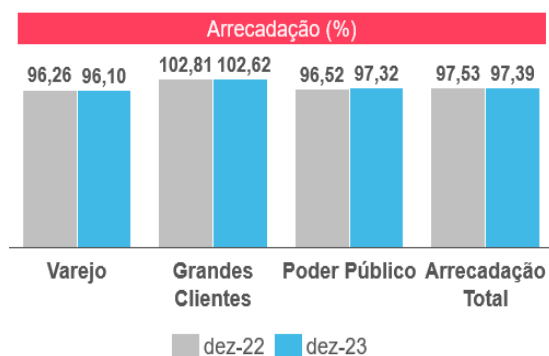
## Disciplina de Mercado – Perdas <sup>(3) (4)</sup>



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 17,32% em 2023, um aumento de 1,39p.p. em relação às perdas registradas em 2022, de 15,93%. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, decorrente das altas temperaturas, acarretando maiores níveis de perdas técnicas.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/auto religados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão de consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 215 GWh de energia Follow UP e de 140 GWh de consumo não faturado, no ano 2023.

## Arrecadação<sup>3</sup>



Em relação ao indicador de arrecadação, o total registrado ficou praticamente em linha se comparado ao mesmo período do ano anterior.

A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplimento.

<sup>3</sup> Dados prévios referente a 2023

<sup>4</sup> O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

## 4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

## Receita Operacional Líquida

**RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)**

	2023	2022	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	8.217.893	8.178.905	0,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(42.320)	(41.337)	2,4%
Subvenção baixa renda	441.737	295.596	49,4%
Subvenção de recursos da CDE	229.851	250.201	-8,1%
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>8.847.161</b>	<b>8.683.365</b>	<b>1,9%</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	568.607	660.445	-13,9%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	516.608	473.786	9,0%
Receita de construção	1.266.762	1.958.301	-35,3%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	70.591	-100,0%
Marcação a mercado de ativo indenizável	401.356	191.043	>100,0%
Outras receitas	192.216	175.013	9,8%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>11.792.710</b>	<b>12.212.544</b>	<b>-3,4%</b>
ICMS	(1.584.340)	(1.872.677)	-15,4%
COFINS - corrente	(659.888)	(638.646)	3,3%
PIS - corrente	(143.265)	(138.653)	3,3%
ISS	(6.279)	(6.704)	-6,3%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(2.393.772)</b>	<b>(2.656.680)</b>	<b>-9,9%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(68.570)	(63.232)	8,4%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(697.463)	(565.767)	23,3%
Encargos do consumidor - CCRBT	951	(348.231)	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(10.562)	(10.330)	2,2%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(775.644)</b>	<b>(987.560)</b>	<b>-21,5%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(3.169.416)</b>	<b>(3.644.240)</b>	<b>-13,0%</b>
<b>Total - Receita Operacional Líquida</b>	<b>8.623.294</b>	<b>8.568.304</b>	<b>0,6%</b>

No ano de 2023, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um ligeiro aumento de 0,6% em relação ao ano de 2022. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2023, atingiu o montante de R\$ 7.356,5 milhões, alta de R\$ 746,5 milhões em relação à 2022, cujo montante foi de R\$ 6.610,0 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Incremento de R\$ 39,0 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação à 2022, devido a um maior consumo registrado no período tendo em vista a normalização das chuvas em todo estado e, aumento nas temperaturas.
- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 210,3 milhões principalmente em razão do aumento da base de ativos em decorrência da revisão tarifária além da deflação ocorrida em 2022, reduzindo a base de comparação,
- Aumento de R\$ 42,8 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;
- Redução de R\$ 349,2 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor – CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1S22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica até meados de abril;
- Redução de R\$ 262,9 milhões no total de tributos no 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica (redução de R\$ 288,4 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 91,8 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionada ao; (i) incremento de custos no período de 2023 combinado ao aumento da cobertura tarifária acarretando uma redução da constituição da CVA; (ii) efeito de compra e venda no mercado de curto prazo em 2023 (sobrecontratação) e aumento do PLD médio, gerando uma redução na receita de mercado de curto prazo; (iii) alteração das cotas

- homologadas (CDE e PROINFA) para cada período gerando menores valores em constituição de CVA; e (iv) aumento dos montantes de constituição de PIS/COFINS conforme homologação tarifária para cada período.
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 70,6 milhões, como resultado, da não participação no mecanismo de venda MVE em 2023;
  - Crescimento de R\$ 131,7 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais (Empréstimo Conta Covid e Escassez Hídrica).
  - Redução de R\$ 20,3 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE em 2023 frente ao mesmo período de 2022 devido a: (i) variação relacionada a redução das cotas mensais de subsídio; e (ii) maior descasamento entre os valores recebidos versus faturados no novo ciclo tarifário seja por aumento de consumo ou pelo aumento da base de clientes.

## Custos e Despesas Operacionais

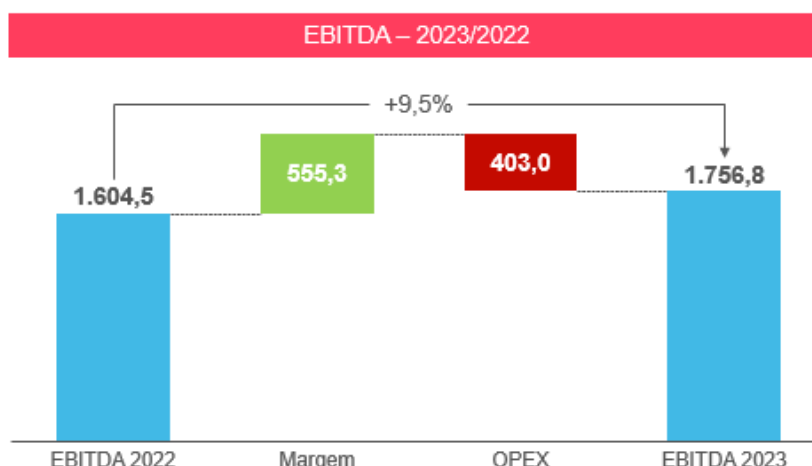
### CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2023	2022	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.432.566)	(3.330.380)	3,1%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(804.637)	(715.625)	12,4%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(4.237.203)</b>	<b>(4.046.005)</b>	<b>4,7%</b>
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(203.915)	(162.434)	25,5%
Material e Serviços de Terceiros	(799.107)	(653.716)	22,2%
Depreciação e Amortização	(509.986)	(379.549)	34,4%
Custo na desativação de bens	(52.674)	(4.036)	>100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(169.511)	(113.124)	49,8%
Custo de Construção	(1.266.762)	(1.958.301)	-35,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(47.521)	(21.848)	>100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(28.280)	(13.055)	>100,0%
Receita de multas por impontualidade de clientes	64.797	83.914	-22,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(126.289)	(75.208)	67,9%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(3.139.248)</b>	<b>(3.297.357)</b>	<b>-4,8%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(7.376.451)</b>	<b>(7.343.362)</b>	<b>0,5%</b>

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento marginal de 0,5% em comparação à 2022. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia em 2023 alcançaram o montante de R\$ 6.109,7 milhões, alta de 13,5% ou R\$ 724,6 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 5.385,1 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- No ano de 2023 as despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 158,1 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, houve um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 533,4 milhões). Esse incremento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 41,5 milhões na despesa de pessoal tendo em vista o projeto insourcing que visa a contratação de novos colaboradores, (ii) aumento de R\$ 135,4 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude dos ajustes de preços matriciais e reequilíbrios de preços dos contratos; (iii) aumento de R\$ 48,6 milhões na linha de custo de desativação de bens decorrentes de uma otimização no processo de baixas do ativo; (iv) aumento de R\$ 56,4 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa, devido ao aumento do envelhecimento da dívida; (v) Aumento de R\$ 130,4 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; (vi) Aumento de R\$ 25,7 milhões na linha de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhista decorrente de um volume maior de ações no período, principalmente em relação a ações trabalhistas e mercado; e (vii) Incremento de R\$15,2 milhões na rubrica perda de recebíveis de clientes em virtude do reconhecimento de perda definitiva – write off da dívida vencida a mais de 5 anos;
- Em 2023 houve um aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis de R\$ 191,2 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento de 4,7%, está relacionado ao aumento nas seguintes rubricas (i) Energia Elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 102,2 milhões em função do aumento do volume de energia distribuída, e (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão no valor R\$ 89,0 milhões.

EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no ano de 2023 atingiu o montante de R\$ 1.756,8 milhões, o que representa um incremento de R\$ 152,3 milhões em relação a 2022. A margem EBITDA da Companhia em 2023 foi de 20,4%, uma alta de 1,6 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no semestre foi de 23,9%, representa uma queda de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

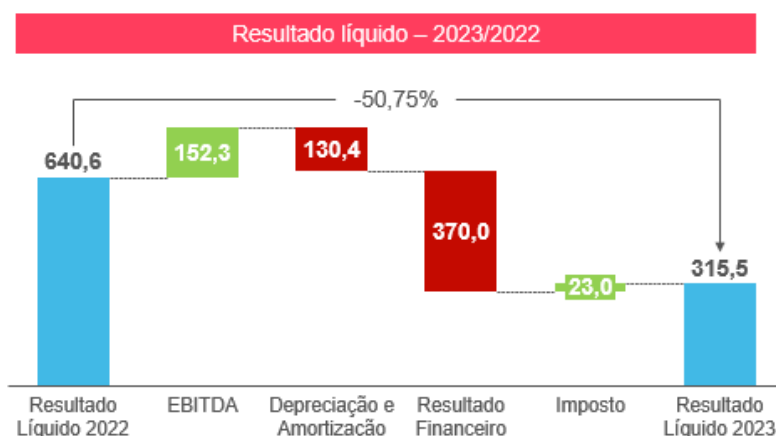
	2023	2022	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>			
Renda de aplicação financeira	40.516	29.930	35,4%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	64.402	59.861	7,6%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	37.391	265.295	-85,9%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	59.860	-	-
Dívida - Marcação a mercado	5.773	-	-
Outras receitas financeiras	7.412	15.623	-52,6%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.885)	(17.562)	-55,1%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>207.469</b>	<b>353.147</b>	<b>-41,3%</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(79.857)	(71.598)	11,5%
Encargos de Dívidas e debêntures	(487.838)	(272.881)	78,8%
Marcação a mercado de Dívida	(66.465)	(28.380)	>100,0%
Encargos fundo de pensão	(8.552)	(7.583)	12,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(67.198)	(118.245)	-43,2%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(42.350)	(40.571)	4,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(148.487)	(186.389)	-20,3%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(16.703)	(8.074)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(81.658)	(46.878)	74,2%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(999.108)</b>	<b>(780.599)</b>	<b>28,0%</b>
<b>Variações Cambiais</b>	<b>1.260</b>	<b>7.062</b>	<b>-82,2%</b>
Variações cambiais - Empréstimos	114.799	74.692	53,7%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(114.393)	(69.885)	63,7%
Outras Variações Cambiais	854	2.255	-62,1%
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(790.379)</b>	<b>(420.390)</b>	<b>88,0%</b>

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 790,3 milhões, montante 88,0% superior ao valor registrado em 2022 (R\$ 420,3 milhões), em decorrência de:

- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 162,1 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (13,04% 2023 vs. 12,39% 2022), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados;

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 176,8 milhões referente as rubricas de variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais impactada principalmente pela reversão do saldo da CVA, que se manteve passivo ao longo do ano de 2023.

### Resultado Líquido



No ano de 2023, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 315,5 milhões, representando uma retração de R\$ 325,1 milhões em relação à 2022, explicado principalmente por (i) aumento na despesa financeira mencionado acima, e (ii) crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

### Endividamento

#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2023	2022	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.900.805	4.762.861	23,9%
Dívida com Terceiros	4.966.260	3.810.543	30,3%
Dívida Intercompany	934.545	952.318	-1,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	194.589	269.458	-27,8%
<b>Dívida líquida (R\$ mil)</b>	<b>5.706.216</b>	<b>4.493.403</b>	<b>27,0%</b>
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	2,95	2,72	8,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,85	2,56	11,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,58	0,55	7,0%
<b>Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)</b>	<b>0,58</b>	<b>0,53</b>	<b>8,4%</b>

(1) Variação entre 2023 e 2022

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou 2023 em R\$ 5.901 milhões, um incremento de R\$ 1.138 milhões em relação ao ano de 2022. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 3.092 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 715 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.032 milhões e R\$ 623 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 12 milhões.

A Companhia encerrou 2023 com o custo médio da dívida no período de 13,57% a.a.

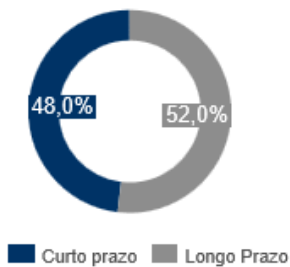
#### Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

## Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

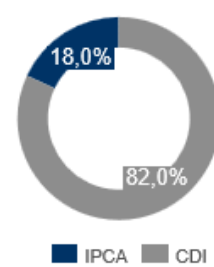
**Abertura da Dívida Bruta - CP e LP**  
Posição Final em 2023



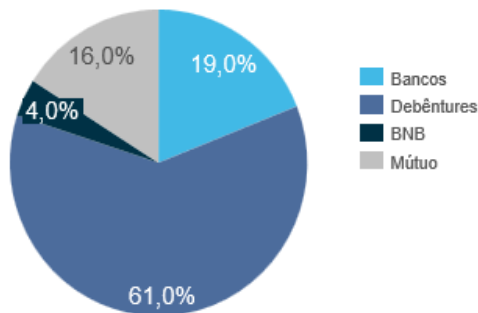
**Abertura da Dívida Bruta - Moedas**  
Posição Final em 2023



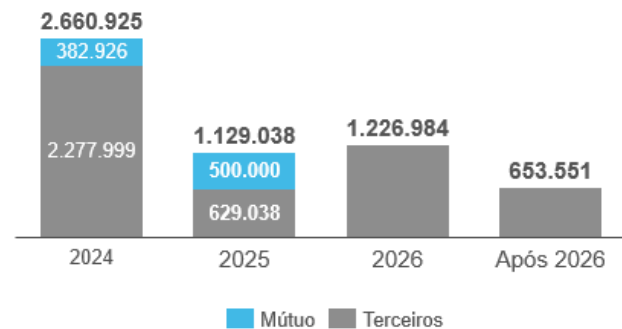
**Abertura da Dívida Bruta - Indexadores**  
Posição Final em 2023



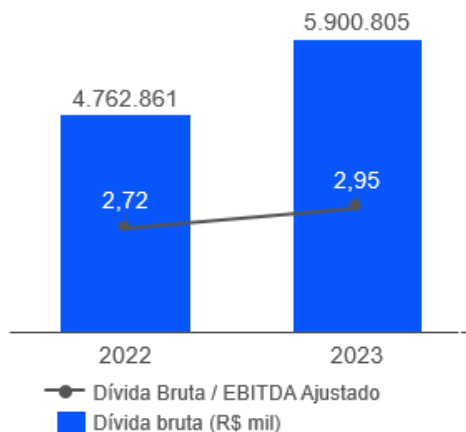
**Abertura da Dívida Bruta - Credor**  
Posição Final em 2023



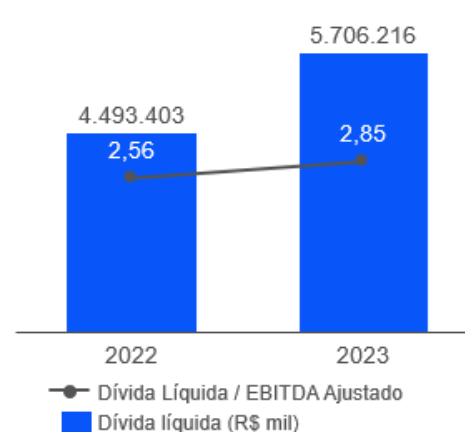
**Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)**  
Posição Final em 2023



**Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezez)**  
Evolução 2022 - 2023



**Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)**  
Evolução 2022 - 2023



Investimentos<sup>3</sup>

## INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2023	2022	Var. %
Manutenção	393.201	533.283	-26,3%
Crescimento	118.947	375.810	-68,3%
Novas Conexões	1.061.284	651.020	63,0%
<b>Financiado pela Companhia</b>	<b>1.573.432</b>	<b>1.560.114</b>	<b>0,9%</b>
Financiado pelo Cliente	-	(13.367)	-100,0%
<b>Total</b>	<b>1.573.432</b>	<b>1.546.746</b>	<b>1,7%</b>

A Companhia encerrou o ano de 2023 com um montante total investido de R\$1,6 bilhão, praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior e o segundo maior da série histórica da companhia.

Cabe salientar que o volume foi registrado no período sequencialmente posterior ao processo de revisão tarifária ocorrido em abril de 2023, onde o nível de investimento atinge patamares mais elevados no ano que antecede a revisão, aumentando a base de comparação no período seguinte.

Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, a partir deste trimestre os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros.

A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações.

Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

A implantação da estratégia de sustentabilidade é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Com base nessas informações, definimos nossos objetivos e metas ESG que integram o nosso atual Plano de Sustentabilidade de Enel Ceará, ciclo 2023-2025, organizados sob 5 grandes pilares: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos. Para 2023, foram priorizadas 74 iniciativas que alcançaram o avanço total de 98%. Sob a ótica ESG, as ações voltadas para a temática

<sup>3</sup> Dados prévios referente a 2023

ambiental tiveram um avanço de 93%. As iniciativas com foco no desenvolvimento social alcançaram 99% de avanço e as ações voltadas para fortalecer a governança tiveram um avanço de 96%, no mesmo período.

## Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Ceará, os 136 projetos e iniciativas desenvolvidos em 2023 beneficiaram mais de 644 mil pessoas, com um investimento de R\$ 38 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 6,6 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, foi concedido mais de R\$ 1,1 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 1,8 mil geladeiras e 55 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Enel Compartilha Eficiência – Troca de Geladeiras:** O programa tem como foco possibilitar a adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda, por meio da troca de um refrigerador antigo por um novo equipamento com selo A do PROCEL. Durante as trocas de geladeiras, também são realizadas as substituições de lâmpadas comuns por modelos em LED, mais econômicas. Durante o ano de 2023, o programa realizou 54 eventos de troca de geladeiras e ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. As atividades ocorreram em 20 municípios, beneficiando mais de 15 mil pessoas com a troca geladeiras e lâmpadas. Como destaque, o programa atuou em parceria com o Governo do Estado do Ceará, nas ações do pacto “Um Ceará Sem Fome”, que visava a troca de 1.000 geladeiras abastecidas com cestas básicas para os beneficiários do programa e para pessoas que tenham sido vítimas dos desastres provocados pelas chuvas. Essas ações beneficiaram 8.805 pessoas, além de realizar a troca de 3.363 lâmpadas.

**Ecoenel:** O programa de reciclagem da Enel Distribuição Ceará arrecadou cerca de 3,1 mil toneladas de resíduos recicláveis durante o ano, e concedeu cerca de R\$ 1,1 milhão em bônus na conta de energia aos participantes. Os resultados podem ser comparados à preservação de 26,5 mil árvores em função da reciclagem de papel, na emissão evitada de 9,7 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera, e na economia de energia de 13.414.766 MWh. O Ecoenel é desenvolvido por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz dos clientes, aliando a formação de uma rede de parcerias entre cliente, empresa e reciclador. Um destaque do programa foi a participação no maior evento de moda autoral do Ceará e um dos mais importantes da América Latina, o Dragão Fashion Brasil 2023, promovendo a reciclagem de resíduos do evento e realizando a compensação de CO<sub>2</sub> no período. O bônus gerado pela ação foi repassado como forma de desconto na conta de luz de uma organização social. Em 2023, o Ecoenel também promoveu a 6ª Gincana Escolar - Guardiões da Energia, no município de Russas. Oito escolas da cidade, reunindo 57 equipes e 570 estudantes, se envolveram na gincana que movimentou a rotina das instituições para a coleta seletiva. Ao fim da gincana, foram arrecadadas 38,5 toneladas de resíduos recicláveis, o que resultou em um bônus de R\$ 2.181,04, destinado a quatro instituições sociais, como desconto da conta de energia.

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa promove a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e possibilita a geração de renda para grupos produtivos e pequenos empreendedores por meio de suas produções artesanais. Um dos projetos realizados é a Coleção Energia, que utiliza o conceito de upcycling e da economia criativa para produção de novos materiais. As peças da Coleção Energia da empresa são comercializadas e a renda gerada com as vendas das peças é destinada aos grupos produtivos participantes do projeto. Como destaque, o programa realizou a primeira edição da Incubadora de Negócios, que visa identificar e capacitar pequenos empreendedores nas comunidades situadas nas áreas de concessão da Enel Distribuição Ceará. A primeira edição aconteceu no bairro Vicente Pinzon, e premiou três empreendedores locais com R\$ 5 mil reais para fomentar os seus pequenos negócios.

**Enel Compartilha Inclusão Digital:** O projeto favorece a democratização digital por meio de cursos de capacitação nas mais diversas áreas da informática e do acesso às tecnologias da informação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, além de disponibilizar acesso aos serviços de atendimento da Enel. Como resultados do ano de 2023, tivemos sete telecentros em funcionamento totalizando 34 cursos e beneficiando 523 pessoas, entre eles, alunos PCD's (deficientes visuais e auditivos), introduzindo-os à informática com o desenvolvimento de habilidades básicas para uso de programas para edição de texto e planilhas digitais. Para ampliar o projeto, foi realizada a doação de 115 notebooks para sete instituições do Programa Conta Contigo da Enel, com o objetivo de fortalecer salas de informática já existentes para a realização de atividades, por meio de cursos e oficinas que irão beneficiar as comunidades do entorno.

**Enel Compartilha Energia na Escola:** O programa Enel Compartilha Energia na Escola, baseado na metodologia Procel nas Escolas, capacita professores da rede pública de ensino para atuarem como agentes multiplicadores, transmitindo aos alunos conceitos sobre o uso racional de energia elétrica e preservação de recursos naturais. Em 2023, o programa capacitou 366 professores e gestores, que multiplicaram as ações para 64.072 alunos em 78 escolas, em 20 municípios cearenses. Os alunos e professores também realizam atividades na Nave Educacional Enel, um ônibus adaptado com recursos audiovisuais, jogos lúdicos e educacionais, utilizando tecnologia de realidade virtual 3D, com foco em consumo consciente de recursos naturais, além de atuar com a temática de segurança da população de forma atrativa e interativa. Como destaque, o projeto realizou a entrega da premiação da 2ª Mostra de Trabalho de Eficiência Energética nas Escolas, premiando 18 escolas em 11 municípios: Aracati, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Limoeiro do Norte, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Quixeré São Gonçalo e Trairi, sendo contempladas com projetores, lousas digitais e notebooks.

**Enel Compartilha Liderança em Rede:** O programa Enel Compartilha Liderança tem como objetivo formar parcerias com lideranças comunitárias e construir uma relação de confiança e proximidade entre a Enel e as comunidades onde a empresa atua. Entre os benefícios para a empresa estão a facilitação do acesso a áreas de complexidade social e o fortalecimento da relação com os clientes dessas regiões. Para a sociedade, o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e melhorias no serviço de distribuição de energia. As atividades são desenvolvidas a partir do diálogo permanente e sistemático, promovendo o engajamento dos moradores e melhorias sociais, além de apoiar a companhia a aprimorar, cada vez mais, a qualidade de seus serviços prestados na região. São realizadas reuniões mensais com cada rede, que é composta de associações comunitárias, ONGs, universidades e grupos culturais, como Quilombolas e Indígenas. As Redes contam com 315 líderes ativos em 42 municípios do Ceará. Como destaque, temos a Gincana Líder Parceiro, dividida em quatro provas, que tem por objetivo realizar ações presenciais e on-line com a temática de segurança. As ações alcançaram mais de 85 mil pessoas em 2023.

Somados aos projetos específicos da Enel Ceará, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

**Parceiro Responsável:** Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2023, foram capacitadas 318 pessoas de 206 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDD):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades. Após completarmos com sucesso a realização do 2º ciclo de DDDH, em 2022, com a implementação de 15 iniciativas que elevaram o nível de gestão dos direitos humanos nas atividades da Enel, iniciamos em 2023 o 3º ciclo consecutivo. Nas primeiras etapas deste 3º ciclo realizamos uma consulta a todos os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas, com o objetivo de mapearmos riscos e oportunidades de melhoria nas atividades da Enel, usando como referência principal os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas ou direitos que oferecem maior risco de sofrerem alguma violação, no país, de maneira geral (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisa de opinião realizada com diversos stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir de 2024 todos esses resultados serão tratados por meio de um Plano de Ação que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel.

**Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2023, o programa beneficiou 1.170 pessoas e contou com a atuação de 2.073 voluntários, através de 12 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de donativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM).

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** No período de julho a dezembro de 2023, a Enel Brasil promoveu com sucesso o Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser - Sustentabilidade em Rede”, envolvendo 2.936 colaboradores em 28 atividades estratégicas e com a condução de 37 facilitadores. A iniciativa abordou os pilares essenciais da atuação da empresa: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. O programa foi realizado em formatos online e presencial, destacando a importância das pessoas como impulsionadoras da transição energética. O programa proporcionou a oportunidade de também apresentar o Relatório de Sustentabilidade da Enel Brasil 2022, abrangendo realizações, projetos, desempenho operacional e financeiro, e a atuação nos pilares ESG em todas as operações no país. A participação de 2.936 colaboradores superou em 10% a meta inicial de 2.680 participações, evidenciando o sólido compromisso da Enel com uma cultura responsável e sustentável. Os eventos abordaram temas cruciais alinhados ao Movimento Ambição Net Zero, promovendo inovação e progresso sustentável em comunidades. Os webinars, divididos nos pilares Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, exploraram temas como mudanças climáticas, inovação, economia circular, progresso sustentável para comunidades locais e ética nos negócios. Além disso, o “Ser EGP na Estrada” levou conhecimento sobre direitos humanos e sustentabilidade para os profissionais de campo.

## RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

### Prêmio Nacional de Inovação

A Enel Brasil ganhou o prêmio na categoria Inovação de Produto, que reconhece um bem ou um serviço novo ou melhor e que se difere de outros do mercado. O Prêmio Nacional de Inovação é considerado o maior reconhecimento de empresas inovadoras do Brasil e é organizado pela Confederação Nacional da indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

### Ranking Equileap

Pelo quarto ano consecutivo, a Enel foi confirmada no ranking da Equileap TOP 100 empresas globais para a igualdade de gênero. A classificação como a empresa italiana com melhor desempenho no tema reconhece o resultado de nossas ações na promoção da igualdade de gênero no local de trabalho, como a presença de mulheres no Conselho Administrativo, em cargos gerenciais e na fase de recrutamento. A organização certificou também nossas práticas na promoção dos direitos humanos e na proteção contra violência, abuso e assédio sexual. A Equileap avalia o desempenho em relação à igualdade de gênero de empresas listadas nos principais índices do mercado de ações no setor corporativo. Em 2023, a pesquisa avaliou cerca de quatro mil companhias em 23 mercados mundiais. A posição conquistada pela Enel reforça nosso compromisso com a promoção da igualdade salarial, o bem-estar e a integração de todos nossos colaboradores.

### Smart Customer 2023

Recebemos o troféu Prêmio Smart Customer 2023 com os cases Market School e “Jeito Enel de Servir”, nas categorias “Treinamento e Capacitação” e “Cultura Organizacional”, respectivamente. A premiação reconhece as práticas empresariais que oferecem a melhor experiência aos clientes e colaboradores. Os cases vencedores fazem parte das iniciativas da Enel Brasil para aprimorar as técnicas e serviços relacionados ao atendimento ao cliente.

### Valor Inovação Brasil 2023

Fomos reconhecidos como uma das cinco empresas do setor de energia elétrica mais inovadora do país pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2023. A Enel Brasil ficou em terceiro lugar no ranking do setor de energia elétrica, evidenciando os esforços da companhia no desenvolvimento da cultura de inovação e de soluções pioneiras. Participaram da premiação 150 empresas de 25 setores da economia. O Prêmio é promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil.

### Prêmio Aberje 2023

A campanha Enel Brasil e Luisa Mell ganhou o Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) na categoria Influenciadores. O vídeo para as redes sociais informa, de forma bem humorada, sobre a questão do “gato de energia” (ligações irregulares de energia).

**GRI AWARDS SUS EGP**

A Enel Brasil foi destaque em três categorias com os projetos Canteiro Sustentável Formação Técnica de Mulheres, de Enel Green Power e Grids, e Semiárido Sustentável, de Enel Green Power. A premiação é realizada pelo GRI Club que reconhece iniciativas de empresas operadoras, concessionárias, entre outras, que se destacaram no mercado de infraestrutura no Brasil. São avaliados programas, projetos e ações dos setores de energia, saneamento básico, infraestrutura urbana e social e ambientais.

**Revolução da Aprendizagem 2023**

A Enel Brasil foi a vencedora do Prêmio Revolução da Aprendizagem 2023, na categoria Melhor Projeto de Compliance, com a iniciativa Academia Regulatória. O projeto é focado na excelência e no compromisso com a conformidade às normas regulatórias. O prêmio é concedido pela Revvo, empresa relevante no mercado de treinamento e-learning.

**Prêmio Nacional de Gestão de Ativos 2023**

O Projeto Academia Regulatória ganhou o primeiro lugar nas categorias Gestão Estratégica e Projeto geral do Egaese (Encontro de Gestão de Ativos do Setor Elétrico).

**Prêmio Boas Práticas em Transparência Corporativa do Pacto Global**

Promovido pela 1ª vez pelo Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a Enel Brasil foi uma das empresas reconhecidas no Prêmio de Boas Práticas do Movimento Transparência 100%, com o Programa Parceiro Responsável, que visa desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade, incluindo ética e integridade.

7 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2023 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

7 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Cargo	Diretoria Executiva
Diretor-Presidente	Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes	Charles d' Capdeville
Diretor de Adm, Finanças, Controle e de RI	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor Jurídico	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor de Engenharia e Construção	Fernando Andrade
Diretor de Mercado	Luiz Flavio Xavier de Sá

Conselho de Administração	
Cargo	Conselheiros
Presidente do Conselho de Administração	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro de Administração Titular	Mario Fernando de Melo Santos
Conselheiro de Administração Titular	Gino Celentano
Conselheiro de Administração Titular	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro de Administração Titular	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro de Administração Titular	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro de Administração Titular	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro de Administração Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro de Administração Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro de Administração Suplente	Luiz Flavio Xavier de Sá
Conselheiro de Administração Suplente	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheiro de Administração Suplente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro de Administração Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Conselheiro de Administração Suplente	Artur Teixeira Lima Neto
Conselheiro de Administração Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure

Conselho Fiscal	
Cargo	Conselheiros
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Carlos Antonio Vergara Cammas

### **Relações com Investidores**

Fabio Romanin

### **Contador Responsável**

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Companhia Energética do Ceará - Coelce**  
Fortaleza - CE

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará – Coelce (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará – Coelce em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>(1) Avaliamos o ambiente, o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;</li><li>(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada; e</li><li>(3) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.</li></ol> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	96.665	182.558
Títulos e valores mobiliários	<b>5</b>	97.925	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>6</b>	1.857.635	1.712.853
Ativo financeiro setorial	<b>9</b>	28.984	30.022
Créditos a receber - subvenção e outros	<b>7</b>	37.911	7.658
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	<b>8</b>	23.991	-
Outros tributos compensáveis	<b>8</b>	538.285	630.970
Serviços em curso		61.164	68.010
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	-	14.364
Outros créditos		110.207	116.595
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.852.767</b>	<b>2.849.930</b>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>6</b>	212.609	163.578
Depósitos vinculados	<b>21</b>	51.220	48.011
Cauções e depósitos	<b>11</b>	19.715	31.969
Outros tributos compensáveis	<b>8</b>	112.608	484.731
Instrumentos financeiros derivativos	<b>29</b>	84.843	15.235
Tributos diferidos	<b>27</b>	-	81.019
Benefício fiscal	<b>10</b>	12.755	16.715
Ativo financeiro indenizável (concessão)	<b>12.2</b>	6.113.012	4.939.453
Imobilizado	<b>13</b>	88.218	67.342
Intangível	<b>12.3</b>	2.277.008	2.294.201
Ativos contratuais	<b>12.1</b>	1.272.658	1.317.220
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>10.244.646</b>	<b>9.459.474</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.097.413</b>	<b>12.309.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	14	1.268.390	1.374.767
Empréstimos e financiamentos	15	844.378	1.129.131
Obrigações por arrendamentos		7.270	9.959
Debêntures	16	1.911.623	337.413
Salários, provisões e encargos sociais		42.973	58.483
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.1	-	68.064
Outras obrigações fiscais	17.2	194.164	206.884
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	19	350.209	429.790
Dividendos a pagar		93.296	191.983
Encargos setoriais	18	84.296	75.156
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	876	1.044
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	1.116	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	91.629	72.499
Outras obrigações		222.543	207.665
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.112.763</b>	<b>4.162.838</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	15	1.268.800	1.766.389
Debêntures	16	1.830.680	1.426.179
Obrigações por arrendamentos		29.804	27.640
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	19	60.759	378.607
Passivo financeiro setorial	9	109.098	186.130
Outras obrigações fiscais	17.2	1.349	1.971
Encargos setoriais	18	57.300	19.493
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	110.146	89.346
Tributos diferidos		37.212	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	248.865	232.210
Instrumentos financeiros derivativos	29	38.538	60.849
Outras obrigações		952	850
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.793.503</b>	<b>4.189.664</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	22	1.282.347	1.085.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.556.409	2.526.721
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(6.280)	(13.837)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.191.147</b>	<b>3.956.902</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.097.413</b>	<b>12.309.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<b>Receita líquida</b>	<b>24</b>	<b>8.623.294</b>	<b>8.568.304</b>
<b>Custo do serviço</b>	<b>25</b>	<b>(7.020.888)</b>	<b>(7.130.981)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.602.406</b>	<b>1.437.323</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>25</b>		
Despesas com vendas		(25.101)	(9.689)
Despesas gerais e administrativas		(197.167)	(215.200)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(197.791)	(126.179)
Outras receitas operacionais		64.496	138.687
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(355.563)</b>	<b>(212.381)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>1.246.843</b>	<b>1.224.942</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>		
Receitas financeiras		207.469	353.147
Despesas financeiras		(999.108)	(780.599)
Variações cambiais líquidas		1.260	7.062
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(790.379)</b>	<b>(420.390)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>456.464</b>	<b>804.552</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>27</b>	(30.785)	(266.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>27</b>	(125.415)	23.992
Incentivo fiscal	<b>27</b>	15.212	78.982
		<b>(140.988)</b>	<b>(163.982)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>315.476</b>	<b>640.570</b>
<b>Lucro por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>23</b>		
Ação ordinária		4,0521	8,2277
Ação preferencial - Classe A		4,2952	8,7214
Ação preferencial - Classe B		4,4573	9,0505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>315.476</b>	<b>640.570</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>			
Ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	20	(20.933)	(3.065)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	27	7.117	1.042
		<b>(13.816)</b>	<b>(2.023)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>			
Perda em instrumentos financeiros derivativos	26	11.450	(11.497)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	27	(3.893)	3.909
		<b>7.557</b>	<b>(7.588)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>		<b>309.217</b>	<b>630.959</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Legal	Incentivo fiscal - SUDENE				Reforço de capital de giro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>914.346</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>968.580</b>	<b>1.202.612</b>	-	<b>(6.249)</b>	<b>3.486.805</b>
Aumento de capital	171.001	-	-	-	-	-	(171.001)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.065)	(3.065)
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	1.042	1.042
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(2.023)	2.023	-
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.497)	(11.497)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	3.909	3.909
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	640.570	-	640.570
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	78.982	-	(78.982)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	114	-	114
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(137.000)	-	(137.000)
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(23.976)	-	(23.976)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	398.703	(398.703)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.085.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.047.562</b>	<b>1.430.314</b>	-	<b>(13.837)</b>	<b>3.956.902</b>
Aumento de capital	197.000	-	-	-	-	-	(197.000)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.933)	(20.933)
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	7.117	7.117
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(13.816)	13.816	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	11.450	11.450
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.893)	(3.893)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	315.476	-	315.476
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	15.212	-	(15.212)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	125	-	125
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(75.097)	-	(75.097)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	211.476	(211.476)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.282.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>1.062.774</b>	<b>1.444.790</b>	-	<b>(6.280)</b>	<b>4.191.147</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	315.476	640.570
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	169.511	113.124
Perda de recebíveis de clientes	28.280	13.055
Depreciação e amortização	541.680	408.084
Juros e variações monetárias	583.300	(26.195)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	203.019	256.274
Marcação a mercado de dívida	(5.773)	9.752
Ativos e passivos financeiros setorial	(29.807)	147.050
Atualização do ativo financeiro da concessão	(401.356)	(191.043)
Valor residual de intangível e imobilizado	31.496	22.905
Tributos e contribuições social diferidos	129.375	(19.664)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	47.521	21.848
Obrigações com benefícios pós-emprego	9.683	8.192
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(391.604)	(280.699)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(30.253)	70.353
Ativo financeiro setorial	30.845	341.599
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(34.016)	136.426
Outros tributos compensáveis	464.808	115.048
Depósitos vinculados	(3.209)	787
Outros créditos	13.234	48.639
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(106.377)	(35.702)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(397.429)	(663.206)
Salários, provisões e encargos sociais	(15.510)	10.455
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(61.999)	175.879
Outras obrigações fiscais	(13.342)	(23.543)
Passivo financeiro setorial	(77.032)	186.130
Encargos setoriais	43.408	(14.825)
Outras obrigações	14.980	29.571
	<b>1.058.909</b>	<b>1.500.864</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(124.099)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(72.100)	(75.551)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(9.984)	(10.182)
Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	(403.094)	(251.002)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(29.822)	(133.906)
Pagamentos de juros de arrendamento	(5.159)	(9.121)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>538.750</b>	<b>897.003</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.293.811)	(1.980.380)
Cauções e depósitos	12.254	(868)
Títulos e valores mobiliários	(11.025)	(6.252)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.292.582)</b>	<b>(1.987.500)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	3.091.531	2.530.019
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(2.018.178)	(1.277.103)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(11.583)	(20.317)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(220.172)	(22.816)
Parcelamento especial	-	(436)
Dividendos pagos	(173.659)	(140.608)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>667.939</b>	<b>1.068.739</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(85.893)</b>	<b>(21.758)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.558	204.316
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>96.665</b>	<b>182.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>1. Receitas</b>	<b>11.687.841</b>	<b>12.238.332</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>11.857.352</b>	<b>12.351.456</b>
Fornecimento de energia elétrica	10.525.948	10.254.243
Outras receitas	64.642	138.912
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.266.762	1.958.301
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(169.511)	(113.124)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(6.875.791)</b>	<b>(7.177.908)</b>
Materiais	(591.753)	(862.777)
Outros custos operacionais	(233.084)	(147.652)
Custo da energia comprada e transmissão	(4.637.848)	(4.476.015)
Serviços de terceiros	(1.413.106)	(1.691.464)
<b>3. Valor adicionado bruto</b>	<b>4.812.050</b>	<b>5.060.424</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(541.681)</b>	<b>(408.086)</b>
Depreciação e amortização	(541.681)	(408.086)
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>4.270.369</b>	<b>4.652.338</b>
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>207.469</b>	<b>475.431</b>
Receitas financeiras	207.469	475.431
<b>7. Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>4.477.838</b>	<b>5.127.769</b>
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>4.477.838</b>	<b>5.127.769</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>258.256</b>	<b>218.081</b>
Remunerações	166.030	142.389
FGTS	9.054	5.619
Outros encargos sociais	12.117	10.743
Previdência privada	8.715	8.025
Auxílio-alimentação	19.259	14.111
Convênio assistencial e outros benefícios	24.384	17.101
Participação nos resultados	18.697	20.093
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>2.886.915</b>	<b>3.354.280</b>
<b>Federais</b>	<b>517.210</b>	<b>484.865</b>
Imposto de renda e contribuição social	156.200	242.964
COFINS	280.696	237.100
PIS	60.959	51.476
INSS	34.567	32.307
( - ) Incentivos fiscais	(15.212)	(78.982)
<b>Estaduais</b>	<b>1.584.663</b>	<b>1.872.752</b>
ICMS	1.584.340	1.872.677
Outros	323	75
<b>Municipais</b>	<b>9.398</b>	<b>9.103</b>
ISS	6.279	6.704
IPTU	1.393	1.413
Outros	1.726	986
<b>Encargos setoriais</b>	<b>775.644</b>	<b>987.560</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	697.463	565.767
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	68.570	63.232
Taxa de fiscalização - ANEEL	10.562	10.330
Encargos do consumidor - CCRBT	(951)	348.231
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.017.191</b>	<b>914.838</b>
Juros	181.077	185.342
Outras despesas financeiras	818.031	710.477
Aluguéis	18.083	19.019
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>315.476</b>	<b>640.570</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio	160.976	131.309
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	78.982	33.615
Reserva de Lucro	75.518	475.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 1. Contexto operacional

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028 (Nota explicativa nº. 1.3).

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 22 de abril de 2023 (Nota explicativa nº. 4.1 e 13).

### Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e a controladora direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

Em 22 de novembro de 2023, em fato relevante, os acionistas da Companhia comunicaram sobre a decisão de suspender temporariamente os procedimentos de análises e prospecção para possível alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

#### 1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 3.449 em 31 de dezembro de 2023 como saldo a ser ressarcido vide nota explicativa nº 7.

#### 1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023 - vide nota explicativa nº 9.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

## 1.3 Panorama das renovações de concessões no Brasil

O vencimento da concessão da Companhia está previsto para maio de 2028. A Companhia aguarda a publicação de um decreto presidencial para as diretrizes das renovações das concessões e, em seguida, a abertura de consulta pública pela Aneel para definição do novo contrato de concessão ainda em 2024.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras 26 de fevereiro de 2024.

### 2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### 2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

## 2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

### 2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Nota 6 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,
- Nota 12 – Ativo Financeiro Indenizável,
- Nota 20 – Obrigação com benefícios pós-emprego,
- Nota 21 – Provisões para processos judiciais,
- Nota 24.3 – Receita de distribuição não faturada,
- Nota 27 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e
- Nota 29.1 – Instrumentos Financeiros

### 3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

#### 3.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril de 2023, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicada a partir de 22 de abril de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -0,46%, composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O reajuste tarifário médio de +3,06% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,77% e +5,51% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,22%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

#### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

#### Parcela B

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- a) Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,39% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,59%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.
- b) Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -1,18% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,14%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +3,02% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de +0,18%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,10%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,98%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -5,43% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,13%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

- (i) Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 158.534 (nota explicativa nº 12.2). A contrapartida foi reconhecida a crédito no resultado do exercício (vide nova explicativa nº 24).
- (ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 40.286, devido a alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (notas explicativas nº 12.2 e 12.3).
- (iii) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 28.090 (nota explicativa nº 12.3).

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

### 3.2. Bandeira tarifária

De janeiro até 15 de abril de 2022, estava vigente a Bandeira Escassez Hídrica, e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. A bandeira tarifária vigente é a verde, desde 16 de abril de 2022, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>49.427</b>	<b>38.483</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (aplicações diretas)	47.203	26.461
Operações compromissadas	35	117.614
	<b>47.238</b>	<b>144.075</b>
<b>Total</b>	<b>96.665</b>	<b>182.558</b>

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 100,23% do CDI (98,18% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As operações compromissadas foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 90,79% do CDI (84,43% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

**Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 29.2 b.1.1).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

### 5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos não exclusivos	<b>97.570</b>	<b>86.652</b>
Fundos de investimentos exclusivos (a)	<b>355</b>	<b>248</b>
Títulos públicos	343	229
LF - Letra Financeira	11	19
<b>Total</b>	<b>97.925</b>	<b>86.900</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,23% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2023 (0,64% em 31 de dezembro de 2022). As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 93,06% do CDI (96,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

---

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos.

Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

#### Uso de estimativas e julgamentos:

Receita não faturada (RNF): O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses vide nota explicativa nº 25.

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide tabela abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2022		31.12.2022	
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	249.116	218.594	21.689	51.392	101.394	307.163	<b>949.348</b>	(390.609)	<b>558.739</b>
Industrial	21.683	10.410	451	1.387	1.903	20.361	<b>56.195</b>	(9.688)	<b>46.507</b>
Comercial	67.536	29.358	3.188	6.704	11.668	78.565	<b>197.019</b>	(53.674)	<b>143.345</b>
Rural	74.144	42.685	4.881	9.799	19.531	97.728	<b>248.768</b>	(64.668)	<b>184.100</b>
Poder público	40.136	11.916	3.614	6.220	8.651	26.643	<b>97.180</b>	(13.159)	<b>84.021</b>
Iluminação pública	29.738	11.613	2.517	8.705	28.450	74.546	<b>155.569</b>	(49.622)	<b>105.947</b>
Serviço público	15.751	5.165	935	2.834	5.468	19.415	<b>49.568</b>	(15.407)	<b>34.161</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>498.104</b>	<b>329.741</b>	<b>37.275</b>	<b>87.041</b>	<b>177.065</b>	<b>624.421</b>	<b>1.753.647</b>	<b>(596.827)</b>	<b>1.156.820</b>
Receita não faturada	417.084	-	-	-	-	-	<b>417.084</b>	(5.949)	<b>411.135</b>
Parcelamento de débitos	3.571	14.626	10.362	25.045	60.062	163.578	<b>277.244</b>	(19.638)	<b>257.606</b>
Venda de Energia Excedente - MVE	3.197	-	-	-	-	-	<b>3.197</b>	-	<b>3.197</b>
Compartilhamento - uso mútuo	11.081	6.617	3.085	8.430	16.502	34.141	<b>79.856</b>	(42.117)	<b>37.739</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.027	<b>26.027</b>	(16.093)	<b>9.934</b>
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	<b>15.289</b>	(15.289)	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>933.037</b>	<b>350.984</b>	<b>50.722</b>	<b>120.516</b>	<b>253.629</b>	<b>863.456</b>	<b>2.572.344</b>	<b>(695.913)</b>	<b>1.876.431</b>
								<b>Circulante</b>	<b>1.712.853</b>
								<b>Não circulante</b>	<b>163.578</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

#### Uso de estimativas:

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral (aplicada no cálculo da PECLD coletiva) e simplificada (aplicada no cálculo da PECLD individual) estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.

Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses – ECL*") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default – PD*") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default – LGD*"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	31.12.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(197.791)	66.867	(826.837)
Outros créditos	(7.694)			(7.694)
	<b>(703.607)</b>	<b>(197.791)</b>	<b>66.867</b>	<b>(834.531)</b>
Circulante	(688.318)			(819.242)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
<b>Total</b>	<b>(703.607)</b>			<b>(834.531)</b>

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão	(197.791)	(126.179)
	<b>(197.791)</b>	<b>(126.179)</b>

### 7. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Baixa renda - subsídio CDE	37.346	25.088
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	-	(21.977)
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	1.829	(446)
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(4.713)	1.542
Bônus - Redução voluntária de consumo	3.449	3.451
	<b>37.911</b>	<b>7.658</b>

- (a) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

### 8. Imposto de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda (a)	22.634	-
Contribuição social (a)	5.337	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	6.045	-
<b>Total</b>	<b>34.016</b>	<b>-</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (a) Em 31 de dezembro de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não há montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar, apenas montantes a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar foram apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. Vide nota explicativa nº. 17.
- (b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldo de IRRF a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF foi apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS	29.113	-	33.662	-
ICMS CIAP	89.406	112.608	85.648	130.842
PIS e COFINS	21.421	-	80.236	-
PIS e COFINS (ICMS)	396.206	-	429.790	353.889
Outros tributos	2.139	-	1.634	-
<b>Total</b>	<b>538.285</b>	<b>112.608</b>	<b>630.970</b>	<b>484.731</b>

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 19).

### 9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

**Redução ao valor recuperável:** os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>79.106</b>	<b>237.420</b>	<b>(92.913)</b>	-	<b>(34.131)</b>	<b>3.945</b>	-	<b>193.427</b>	<b>(7.087)</b>	<b>200.514</b>	<b>131.519</b>	<b>61.908</b>
Aquisição de energia - (CVA/energ)	71.749	22.683	(72.164)	-	3.347	5.444	-	31.059	8.430	22.629	24.073	6.986
Proinfa	6.398	(7.677)	283	-	-	(551)	-	(1.547)	(1.547)	-	(1.547)	-
Transporte rede básica (a)	59.602	86.234	(61.956)	-	-	10.055	-	93.935	16.355	77.580	69.983	23.952
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (b)	(93.852)	115.760	79.706	-	(37.478)	(15.278)	-	48.858	(40.022)	88.880	21.416	27.442
Conta de desenvolvimento energético - CDE (c)	35.209	20.420	(38.782)	-	-	4.275	-	21.122	9.697	11.425	17.594	3.528
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(235.214)</b>	<b>(95.475)</b>	<b>70.876</b>	<b>19.969</b>	-	<b>(33.697)</b>	-	<b>(273.541)</b>	<b>(10.768)</b>	<b>(262.773)</b>	<b>(102.535)</b>	<b>(171.006)</b>
Neutralidade da parcela A	16.798	(14.089)	(11.122)	-	-	974	-	(7.439)	5.165	(12.604)	(3.548)	(3.891)
Sobrecontratação de energia (d)	93.299	(21.757)	(46.556)	-	-	16.042	-	41.028	19.510	21.518	34.384	6.644
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(46.258)	33.035	-	-	(8.891)	-	(165.598)	(34.175)	(131.423)	(34.175)	(131.423)
Risco hidrológico	(137.747)	(169.603)	138.384	-	-	(9.015)	-	(177.981)	(34.032)	(143.949)	(133.538)	(44.443)
Bandeira Escassez Hídrica (e)	220.177	90.811	(127.069)	-	-	14.185	(155.748)	42.356	-	42.356	-	42.356
Outros (f)	(284.257)	65.421	84.204	19.969	-	(46.992)	155.748	(5.907)	32.764	(38.671)	34.342	(40.249)
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(156.108)</b>	<b>141.945</b>	<b>(22.037)</b>	<b>19.969</b>	<b>(34.131)</b>	<b>(29.752)</b>	-	<b>(80.114)</b>	<b>(17.855)</b>	<b>(62.259)</b>	<b>28.984</b>	<b>(109.098)</b>

- (a) **Transporte rede básica:** Variação está relacionada a redução do custo conforme a resolução Nº 3.147, de 6 de dezembro de 2022 e ao aumento da cobertura tarifária de acordo com a Resolução homologatória Nº 3.185, de 18 de abril de 2023.
- (b) **ESS (Encargo de Serviço do Sistema):** A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (c) **CDE:** A variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram menores em comparação ao ciclo anterior, conforme resoluções nº 3.175 de 7 de março de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2023 para CDE-USO.
- (d) **Sobrecontratação de energia:** variação está relacionada a alteração na tarifa de cobertura de R\$ 258,43 em dezembro de 2022 para R\$ 264,86 em dezembro de 2023 e aumento do PLD médio de R\$ 55,71 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 74,09 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (e) **Bandeira Escassez Hídrica:**
- (i) **Financeiro de bandeira escassez hídrica:** No processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 169.425, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022, conforme previsto na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi amortizado dez doze avos, no valor de R\$127.069. Para mais detalhes do reajuste tarifário

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



vigente, vide nota explicativa nº 3;

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi constituída uma adição de R\$ 90.811 referente ao financeiro da bandeira, proporcional ao período de janeiro a março de 2023.

**(f) Outros:** A variação é referente ao recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 19.968 de acordo com despacho 1.120/2023 de 24 de abril de 2023.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Conta Escassez Hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>445.129</b>	<b>341.266</b>	<b>(415.489)</b>	-	<b>(329.618)</b>	<b>39.137</b>	<b>(1.319)</b>	<b>79.106</b>	<b>180.176</b>	<b>(101.070)</b>	<b>110.119</b>	<b>(31.013)</b>
Aquisição de energia - (CVA)energ	(7.819)	41.106	(123.215)	-	144.243	18.753	(1.319)	71.749	58.971	12.778	67.828	3.921
Proinfa	2.077	18.812	(16.191)	-	-	1.700	-	6.398	6.398	-	6.398	-
Transporte rede básica	27.073	50.379	(21.333)	-	-	3.483	-	59.602	4.515	55.087	42.698	16.904
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	429.471	168.869	(228.555)	-	(473.861)	10.224	-	(93.852)	96.169	(190.021)	(35.544)	(58.308)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	62.100	(26.195)	-	-	4.977	-	35.209	14.123	21.086	28.739	6.470
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>73.542</b>	<b>593.324</b>	<b>141.344</b>	<b>(441.716)</b>	<b>12.783</b>	<b>107.914</b>	<b>(722.405)</b>	<b>(235.214)</b>	<b>(31.721)</b>	<b>(203.493)</b>	<b>(80.097)</b>	<b>(155.117)</b>
Alíquota efetiva PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	35.433	14.898	-	-	(949)	-	16.798	(4.373)	21.171	10.302	6.496
Sobrecontratação de energia	(34.636)	85.803	43.739	-	(6.587)	4.980	-	93.299	(11.973)	105.272	60.996	32.303
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.159)	(41.010)	29.613	-	-	(12.928)	-	(143.484)	(7.403)	(136.081)	(7.403)	(136.081)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.376)	5.376
Risco hidrológico	(145.172)	(126.481)	145.434	-	-	(11.528)	-	(137.747)	(36.288)	(101.459)	(106.614)	(31.133)
Bandeira Escassez Hídrica	-	209.276	-	-	-	10.901	-	220.177	-	220.177	-	220.177
Outros	405.093	430.303	(92.340)	(441.716)	19.370	117.438	(722.405)	(284.257)	28.316	(312.573)	(32.002)	(252.255)
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>518.671</b>	<b>934.590</b>	<b>(274.145)</b>	<b>(441.716)</b>	<b>(316.835)</b>	<b>147.051</b>	<b>(723.724)</b>	<b>(156.108)</b>	<b>148.455</b>	<b>(304.563)</b>	<b>30.022</b>	<b>(186.130)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 10. Benefício fiscal

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

<b>Benefício fiscal - ágio incorporado</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(738.196)	(726.549)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	404.356	396.669
<b>Total</b>	<b>12.755</b>	<b>16.715</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	<b>31.12.2023</b>	<b>Percentual</b>
Em 2024	3.625	28,42%
Em 2025	3.316	26,00%
Em 2026	3.036	23,80%
Em 2027	2.778	21,78%
<b>Total</b>	<b>12.755</b>	<b>100,00%</b>

### 11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Aplicação</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
		<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
BNB	CDB	19.715	17.482
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	14.487
<b>Total</b>		<b>19.715</b>	<b>31.969</b>

### 12. Contratos de concessão público - privados

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a última realizada em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 4.1.

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Ativo Contratual	12.1	1.272.658	1.317.220
Ativo Financeiro da concessão	12.2	6.113.012	4.939.453
Ativo Intangível da concessão	12.3	2.277.008	2.294.201
Total dos contratos de concessão público - privado		<b>9.662.678</b>	<b>8.550.874</b>

### **Bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

#### **12.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)**

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 6,40% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do saldo de ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	31.12.2023			31.12.2022
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.217.313	(96.274)	<b>1.121.039</b>	<b>1.079.245</b>
Software	151.619	-	<b>151.619</b>	<b>235.573</b>
Veículos	-	-	-	<b>2.402</b>
<b>Total</b>	<b>1.368.932</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.272.658</b>	<b>1.317.220</b>

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.110.318</b>	<b>(235.431)</b>	<b>874.887</b>
Adições	1.971.670	(2.969)	<b>1.968.701</b>
Capitalização de juros de empréstimos	181	-	<b>181</b>
Reclassificação	33.179	(33.179)	-
Transferências para ativo intangível	(724.744)	71.165	<b>(653.579)</b>
Transferências para ativo indenizável	(942.351)	104.140	<b>(838.211)</b>
Reclassificação para ativo imobilizado	(34.759)	-	<b>(34.759)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.413.494</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.317.220</b>
Adições	1.266.762	-	<b>1.266.762</b>
Capitalização de juros de empréstimos	61	-	<b>61</b>
Transferências para ativo intangível	(498.896)	-	<b>(498.896)</b>
Transferências para ativo indenizável	(812.489)	-	<b>(812.489)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.368.932</b>	<b>(96.274)</b>	<b>1.272.658</b>

**12.2. Ativo financeiro da concessão**

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
<b>Saldo Inicial</b>	4.939.453	3.912.580
Transferências do ativo contratual	812.489	838.211
Atualização do ativo financeiro da concessão	242.822	191.043
Reclassificações para ativo intangível	-	(2.381)
Atualização do ativo financeiro da concessão - Revisão tarifária (nota 4.1)*	158.534	-
Reclassificações para ativo intangível - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.3)**	(40.286)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>6.113.012</b>	<b>4.939.453</b>

(\*) O valor de R\$ 158.534 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1). A contrapartida, foi reconhecida como atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do exercício (vide nova explicativa nº 26).

(\*\*) O valor de R\$ 40.286 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1).

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

### 12.3. Ativo Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

### Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023			31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>				
Direito de uso da concessão	5.824.412	(3.626.378)	(214.784)	1.983.250
Software	644.903	(351.249)	-	293.654
Bens de renda	464	(360)	-	104
<b>Total</b>	<b>6.469.779</b>	<b>(3.977.987)</b>	<b>(214.784)</b>	<b>2.277.008</b>
				<b>2.294.201</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.779.965</b>	<b>(3.548.623)</b>	<b>(261.692)</b>	<b>1.969.650</b>
Baixas	(95.174)	85.128	-	<b>(10.046)</b>
Amortização	-	(451.403)	69.928	<b>(381.475)</b>
Transferência dos ativos contratuais	724.744	-	(71.165)	<b>653.579</b>
Reclassificações	424	(424)	-	-
Reclassificações dos ativos imobilizados *	(95.904)	152.501	3.515	<b>60.112</b>
Reclassificações do ativo indenizável *	2.381	-	-	<b>2.381</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.316.436</b>	<b>(3.762.821)</b>	<b>(259.414)</b>	<b>2.294.201</b>
Baixas (a)	(385.839)	354.359	-	<b>(31.480)</b>
Amortização	-	(569.525)	44.630	<b>(524.895)</b>
Transferência dos ativos contratuais	498.896	-	-	<b>498.896</b>
Reclassificações do ativo indenizável - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.2)	40.286	-	-	<b>40.286</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.469.779</b>	<b>(3.977.987)</b>	<b>(214.784)</b>	<b>2.277.008</b>

(a) Do total do efeito das baixas no exercício no montante de R\$ 31.480, R\$ 28.090 foram reconhecidos como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL (nota explicativa nº 3.1). A contrapartida foi reconhecida no resultado do exercício (vide nova explicativa nº 25).

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>%</b>
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

### 13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Redução ao valor recuperável: a Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2022	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	31.12.2023
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	5.134	-	-	(228)	-	4.906
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(14.885)	2.603	29.199
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	(5)	2.282	24.913
<b>Subtotal</b>	<b>70.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.118)</b>	<b>4.885</b>	<b>59.878</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(759)	-	(159)	164	-	(754)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(1.382)	14.933	-	(23.448)
Veículos	(546)	-	(65)	-	-	(611)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(1.635)	5	-	(11.210)
<b>Subtotal</b>	<b>(47.884)</b>	<b>-</b>	<b>(3.241)</b>	<b>15.102</b>	<b>-</b>	<b>(36.023)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	572	16.130	-	-	(2.071)	14.631
Máquinas e equipamentos	2.792	6.231	-	-	(532)	8.491
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	4.486	-	-	(2.282)	7.646
<b>Subtotal</b>	<b>9.568</b>	<b>26.847</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.885)</b>	<b>31.530</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>31.795</b>	<b>26.847</b>	<b>(3.241)</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>55.385</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>						
Terrenos	184	1.290	(620)	-	-	854
Imóveis	29.396	3.504	(6.314)	-	-	26.586
Veículos e outros meios de transporte	5.967	6.036	(6.610)	-	-	5.393
<b>Subtotal</b>	<b>35.547</b>	<b>10.830</b>	<b>(13.544)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.833</b>
<b>Total</b>	<b>67.342</b>	<b>37.677</b>	<b>(16.785)</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>88.218</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação (*)	31.12.2022
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	934	-	-	-	3.065	1.135	5.134
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(452)	1.054	1.890	41.481
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	3.392	8.406	22.636
<b>Subtotal</b>	<b>51.621</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(452)</b>	<b>7.511</b>	<b>11.431</b>	<b>70.111</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(704)	-	(55)	-	-	-	(759)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(1.310)	452	-	120	(36.999)
Veículos	(2.048)	-	(65)	-	-	1.567	(546)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(886)	-	-	-	(9.580)
<b>Subtotal</b>	<b>(47.707)</b>	<b>-</b>	<b>(2.316)</b>	<b>452</b>	<b>-</b>	<b>1.687</b>	<b>(47.884)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Terreno	-	(17)	-	-	-	17	-
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	762	(6.209)	-	-	(3.065)	9.084	572
Máquinas e equipamentos	43.731	1.770	-	-	(2.279)	(40.430)	2.792
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	3.275	-	-	(2.167)	757	5.442
<b>Subtotal</b>	<b>54.689</b>	<b>(1.181)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.511)</b>	<b>(36.429)</b>	<b>9.568</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>58.603</b>	<b>(1.181)</b>	<b>(2.316)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23.311)</b>	<b>31.795</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	149	819	(309)	-	-	(475)	184
Imóveis	(2.154)	52.379	(11.440)	(12.859)	-	3.470	29.396
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(12.544)	-	-	(5.037)	5.967
<b>Subtotal</b>	<b>21.543</b>	<b>53.198</b>	<b>(24.293)</b>	<b>(12.859)</b>	<b>-</b>	<b>(2.042)</b>	<b>35.547</b>
<b>Total</b>	<b>80.146</b>	<b>52.017</b>	<b>(26.609)</b>	<b>(12.859)</b>	<b>-</b>	<b>(25.353)</b>	<b>67.342</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(\*) Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou reclassificações entre os quadros que compõem o ativo imobilizado e os ativos de infraestrutura relacionados à concessão, para melhor apresentação dos saldos da seguinte forma: R\$ 34.759 do ativo contratual para o ativo imobilizado e R\$ 60.112 do ativo imobilizado para o ativo intangível totalizando um efeito líquido de reclassificações de R\$ 25.353 no ativo imobilizado.

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,92
Imóveis	3,58
Veículos	2,08

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia	443.410	438.031
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 30)	3.318	814
Encargo de Uso da Rede	106.299	95.705
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 30)	-	343
<b>Total energia</b>	<b>553.027</b>	<b>534.893</b>
Materiais e serviços	527.154	620.617
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 30)	188.209	219.257
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.268.390</b>	<b>1.374.767</b>

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações é de R\$ 79.543 (R\$ 119.675 em 31 de dezembro de 2022).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 29.1.1.

### 15.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2023						31.12.2022							
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
<b>Moeda estrangeira:</b>														
União Federal – Bônus de Desconto	-	-	-	-	-	-	-	70	-	70	5.954	-	5.954	6.024
União Federal – Bônus ao Par	-	-	-	-	-	-	-	110	-	110	8.533	-	8.533	8.643
SCOTIABANK 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	2.464	406.799	409.263	-	-	-	409.263
BNP 4131 II - COELCE	635	113.666	114.301	-	-	-	114.301	685	-	685	122.503	-	122.503	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	-	-	-	-	-	-	-	1.458	209.393	210.851	-	-	-	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE	1.086	242.065	243.151	-	-	-	243.151	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	262.040
Citibank 4131 - COELCE	5.330	-	5.330	266.271	-	266.271	271.601	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	3.167	-	3.167	215.652	3.357	219.009	222.176	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	714	-	714	117.970	622	118.592	119.306	770	-	770	127.142	2.654	129.796	130.566
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira</b>	<b>10.932</b>	<b>355.731</b>	<b>366.663</b>	<b>599.893</b>	<b>3.979</b>	<b>603.872</b>	<b>970.535</b>	<b>14.091</b>	<b>616.192</b>	<b>630.283</b>	<b>1.044.409</b>	<b>9.752</b>	<b>1.054.161</b>	<b>1.684.444</b>
<b>Moeda nacional:</b>														
<b>Empréstimos e financiamentos</b>														
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	-	-	-	-	-	-	-	3	2.061	2.064	-	-	-	2.064
FINEP	1	45	46	229	-	229	275	2	94	96	572	-	572	668
BNB II	184	42.940	43.124	164.699	-	164.699	207.823	269	44.101	44.370	211.656	-	211.656	256.026
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>185</b>	<b>42.985</b>	<b>43.170</b>	<b>164.928</b>	<b>-</b>	<b>164.928</b>	<b>208.098</b>	<b>274</b>	<b>46.256</b>	<b>46.530</b>	<b>212.228</b>	<b>-</b>	<b>212.228</b>	<b>258.758</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>														
Enel Finance International II	-	-	-	-	-	-	-	453	274.429	274.882	-	-	-	274.882
Enel Finance International N.V.	23.574	-	23.574	500.000	-	500.000	523.574	26.661	-	26.661	500.000	-	500.000	526.661
Mútuos Enel BR	28.045	382.926	410.971	-	-	-	410.971	-	150.775	150.775	-	-	-	150.775
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>51.619</b>	<b>382.926</b>	<b>434.545</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>934.545</b>	<b>27.114</b>	<b>425.204</b>	<b>452.318</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>952.318</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>62.736</b>	<b>781.642</b>	<b>844.378</b>	<b>1.264.821</b>	<b>3.979</b>	<b>1.268.800</b>	<b>2.113.178</b>	<b>41.479</b>	<b>1.087.652</b>	<b>1.129.131</b>	<b>1.756.637</b>	<b>9.752</b>	<b>1.766.389</b>	<b>2.895.520</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

### 15.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVIII	100.423	20/06/2023	30/06/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,60% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI III - Credit Agreement	508.182	06/01/2023	06/02/2023	Bullet	Bullet	EUR + 4,00 a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XX	40.225	17/11/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,40% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XX	60.328	21/11/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,40% a.a.	Capital de giro	N/A

### b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Bullet	EURIBOR + 0,94 a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	20/07/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	22/08/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A

### c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 15.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda Nacional</b>				
CDI	934.545	44,22%	677.436	23,40%
TJLP	275	0,01%	668	0,02%
Taxa fixa	698.933	33,07%	1.389.615	47,99%
IPCA	207.823	9,83%	256.026	8,84%
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Libor	-	0,00%	6.024	0,21%
USD SOFR	271.602	12,85%	290.869	10,05%
EURIBOR	-	0,00%	274.882	9,49%
<b>Total</b>	<b>2.113.178</b>	<b>100%</b>	<b>2.895.520</b>	<b>100%</b>

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a
ITAU 4131 EFI III SWAP - COELCE	CDI + 1,44% a.a

### 15.4. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.12.2023					
2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total não Circulante
933.695	265.107	49.455	16.515	4.028	1.268.800

### 15.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.12.2023
	%
<b>Moeda Nacional</b>	
CDI *	11,65
TJLP *	6,55
SELIC *	11,75
IPCA *	4,68
<b>Moeda Estrangeira</b>	
USD SOFR *	5,38

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(\*) Índice do último dia do exercício.

### 15.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>2.267.715</b>
Captações	150.775	876.941	270.603	631.700	1.930.019
Encargos provisionados	8.125	111.665	9.069	20.403	149.262
Encargos pagos	(8.130)	(101.407)	(3.370)	(18.215)	(131.122)
Variação monetária e cambial	-	17.912	(57.689)	(13.226)	(53.003)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	9.752	9.752
Transferências	(205.409)	205.409	660.831	(660.831)	-
Amortizações	(4.121)	(1.160.798)	(112.184)	-	(1.277.103)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>223.966</b>	<b>712.228</b>	<b>905.165</b>	<b>1.054.161</b>	<b>2.895.520</b>
Captações	483.349	-	508.182	-	991.531
Encargos provisionados	117.087	-	54.404	-	171.491
Encargos pagos	(92.218)	-	(57.758)	-	(149.976)
Variação monetária e cambial	-	9.586	(68.092)	(46.708)	(105.214)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(5.773)	(5.773)
Transferências	56.886	(56.886)	397.808	(397.808)	-
Amortizações	(311.355)	-	(1.373.046)	-	(1.684.401)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>477.715</b>	<b>664.928</b>	<b>366.663</b>	<b>603.872</b>	<b>2.113.178</b>

### 15.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDÉS	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDÉS	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

#### **BNDÉS**

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

#### **SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131**

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 16. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

#### 16.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.12.2023					31.12.2022					
	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		
2ª Série 5ª emissão	215	103.195	103.410	-	-	103.410	503	98.650	98.650	-	197.803
1ª Série 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	241	40.000	-	-	40.241
2ª Série 6ª emissão	786	182.770	183.556	182.770	-	366.326	918	-	349.438	-	350.356
1ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	6.871	175.000	-	-	181.871
2ª Série 7ª emissão	13.855	393.728	407.583	-	-	407.583	13.449	-	376.384	-	389.833
1ª Série 8ª emissão	4.557	-	4.557	632.641	85.094	722.292	4.647	-	604.772	18.629	628.048
1ª Série 9ª emissão	62.349	-	62.349	950.000	-	1.012.349	-	-	-	-	-
1ª Série 10ª emissão	7.771	500.000	507.771	-	-	507.771	-	-	-	-	-
1ª Série 11ª emissão	327	650.000	650.327	-	-	650.327	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(7.930)	(7.930)	(19.825)	-	(27.755)	-	(2.866)	(21.694)	-	(24.560)
Total de debêntures	<b>89.860</b>	<b>1.821.763</b>	<b>1.911.623</b>	<b>1.745.586</b>	<b>85.094</b>	<b>3.742.303</b>	<b>26.629</b>	<b>310.784</b>	<b>1.407.550</b>	<b>18.629</b>	<b>1.763.592</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

#### 16.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	10/01/2026	Semestral	CDI + 1,48% a.a	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	15/05/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas

c) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas

16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda Nacional</b>				
CDI	2.162.356	57%	222.112	13%
IPCA	1.579.947	43%	1.541.480	87%
<b>Total</b>	<b>3.742.303</b>	<b>100%</b>	<b>1.763.592</b>	<b>100%</b>

16.4. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
2ª Série 6ª emissão	182.770	-	-	-	-	182.770
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	717.735	717.735
1ª Série 9ª emissão	-	950.000	-	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(4.887)	(2.470)	(2.302)	(2.302)	(7.864)	(19.825)
<b>Total a amortizar</b>	<b>177.883</b>	<b>947.530</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(2.302)</b>	<b>709.871</b>	<b>1.830.680</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 16.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.12.2023
	%
<b>Moeda Nacional</b>	
CDI *	11,65
IPCA *	4,68
SELIC *	11,75

(\*) Índice do último dia do exercício.

### 16.6. Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>371.330</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	53.687	53.687
Amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Transferências	313.724	(313.724)	-
Encargos provisionados	52.109	71.510	123.619
Encargos pagos	(53.799)	(66.262)	(120.061)
Marcação a Mercado Dívida	-	18.629	18.629
Constituição custo de transação	-	(20.284)	(20.284)
Apropriação custo de transação	4.049	-	4.049
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>337.413</b>	<b>1.426.179</b>	<b>1.763.592</b>
Captações	1.150.000	950.000	2.100.000
Atualização monetária	26.299	43.972	70.271
Amortizações	(318.059)	-	(318.059)
Encargos provisionados	316.347	-	316.347
Encargos pagos	(253.118)	-	(253.118)
Marcação a Mercado Dívida	-	66.464	66.464
Transferências	652.782	(652.782)	-
Constituição custo de transação	(12.565)	(3.153)	(15.718)
Apropriação custo de transação	12.524	-	12.524
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.911.623</b>	<b>1.830.680</b>	<b>3.742.303</b>

### 16.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras anuais ou informações trimestrais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
Debêntures (5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª emissão)	Dívida Financeira Líquida/ LAJIDA AJUSTADO (Máximo)	3,5	Trimestral

- Dívida financeira líquida significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA AJUSTADO significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “*impairments*” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

### 17. Obrigações fiscais

#### 17.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ	7.411	34.909
Contribuição social - CSLL a pagar	2.614	33.155
<b>Total</b>	<b>10.025</b>	<b>68.064</b>

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são compostos por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos (saldos a compensar), pois em ambos exercícios a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 8.

#### 17.2. Outras obrigações fiscais

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.637	-	29.637	29.696	-	29.696
Programa de integração social - PIS	6.397	-	6.397	6.342	-	6.342
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	7.297	-	7.297	3.903	-	3.903
Outros tributos e contribuições	534	-	534	191	-	191
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>43.865</b>	<b>-</b>	<b>43.865</b>	<b>40.132</b>	<b>-</b>	<b>40.132</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	145.913	1.349	147.262	163.057	1.971	165.028
Refis Parcelamento ICMS	581	-	581	633	-	633
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>146.494</b>	<b>1.349</b>	<b>147.843</b>	<b>163.690</b>	<b>1.971</b>	<b>165.661</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	3.782	-	3.782	3.055	-	3.055
Outros tributos e contribuições	23	-	23	7	-	7
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>3.805</b>	<b>-</b>	<b>3.805</b>	<b>3.062</b>	<b>-</b>	<b>3.062</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>194.164</b>	<b>1.349</b>	<b>195.513</b>	<b>206.884</b>	<b>1.971</b>	<b>208.855</b>

O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 145.913 (R\$ 163.057 em 31 de dezembro de 2022), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

### 18. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº25. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético – CDE	27.381	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.252	602
Pesquisa e desenvolvimento	65.865	50.581
Ministério de Minas e Energia	1.724	562
Programa de Eficiência Energética	44.499	39.555
Outros	875	3.349
<b>Total</b>	<b>141.596</b>	<b>94.649</b>
<b>Circulante</b>	84.296	75.156
<b>Não Circulante</b>	57.300	19.493

### 19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 29 de dezembro foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (Medida Provisória 1202/23 e Portaria Normativa MF

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14/24). Até 31 de dezembro de 2023, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 1.225.760 (R\$ 779.708 em 31 de dezembro de 2022).

### Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 3. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 454.834 (R\$ 723.724 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.12.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	396.206	429.790
Ativo não circulante	-	353.890
<b>Total do Ativo</b>	<b>396.206</b>	<b>783.680</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	350.209	429.790
Passivo não circulante	60.759	378.607
<b>Total do Passivo</b>	<b>410.968</b>	<b>808.397</b>

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.045.642</b>	<b>1.471.603</b>
Atualizações	68.195	68.195
Compensações	(323.717)	-
Devolução aos consumidores	-	(723.724)
Outros	(6.440)	(7.677)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>783.680</b>	<b>808.397</b>
Atualizações	51.529	50.498
Compensações	(491.891)	-
Reclassificação (a)	52.888	6.907
Devolução aos consumidores	-	(454.834)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>396.206</b>	<b>410.968</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- a) A Companhia realizou os procedimentos de retificação das obrigações acessórias fiscais para aproveitamento dos créditos tributários, com isso, reclassificou o montante de R\$ 52.888 de PIS e COFINS a recuperar corrente para PIS e COFINS a recuperar – exclusão ICMS.

### 20. Obrigações com benefício pós-emprego

---

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

#### Uso de estimativas

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

##### **i. Plano de Contribuição Definida (CD)**

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

##### **ii. Plano de Benefício Definido (BD)**

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

### Os benefícios do plano compreendem:

Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

### iii. Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

### Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

### Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

### Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Companhia testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

### Aumento salarial, benefícios e inflação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

### Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

### 21.1 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

#### a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações atuariais	1.293.285	1.196.708
Valor justo dos ativos do plano	(1.369.362)	(1.340.151)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	187.099	233.833
<b>Obrigação registrada com benefícios pós-emprego</b>	<b>111.022</b>	<b>90.390</b>

#### b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos atos das disposições constitucionais transitórias.

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>63.953</b>	<b>25.362</b>	<b>89.315</b>
Custo do serviço corrente	(608)	(39)	260	1.031	644
Custo dos juros líquidos	(25)	(10)	5.760	1.823	7.548
Contribuições reais do empregador	(55)	(293)	(6.134)	(3.700)	(10.182)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	688	342	2.960	(925)	3.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	<b>66.799</b>	<b>23.591</b>	<b>90.390</b>
Custo do serviço corrente	28	(120)	203	1.043	1.154
Custo dos juros líquidos	(10)	(10)	6.594	1.957	8.531
Contribuições reais do empregador	(39)	(160)	(6.786)	(2.999)	(9.984)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	21	290	23.270	(2.650)	20.931
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	<b>90.080</b>	<b>20.942</b>	<b>111.022</b>
				<b>Circulante</b>	<b>876</b>
				<b>Não Circulante</b>	<b>110.146</b>

Atualmente os planos BD e CD apresentam um superávit atuarial total de R\$ 187.099 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 233.833 em 31 de dezembro de 2022). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 111.022 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 90.390 em 31 de dezembro de 2022) atestado por avaliação independente.

#### c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.196.708	1.256.967
Custo dos serviços correntes	1.152	644
Custos do serviço passado	-	-
Contribuição de participantes do plano	410	489
Custos dos juros	118.135	113.281
Benefícios pagos pelo plano	(114.157)	(109.902)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	91.037	(64.771)
<b>Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício</b>	<b>1.293.285</b>	<b>1.196.708</b>

**d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	31.12.2023	31.12.2022
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.340.151	1.300.234
Rendimento esperado dos ativos do plano	133.947	118.313
Contribuições recebidas de participantes do plano	410	489
Contribuições recebidas do empregador	9.984	10.183
Benefícios pagos pelo plano	(114.157)	(109.902)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(973)	20.834
<b>Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício</b>	<b>1.369.362</b>	<b>1.340.151</b>

**e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>90.390</b>	<b>89.315</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.152	644
Juro líquidos conforme laudo atuarial	8.532	7.548
Pagamento de contribuições	(9.984)	(10.182)
Ajustes de avaliação atuarial	20.932	3.065
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>111.022</b>	<b>90.390</b>

**f) Movimentação do efeito de teto do ativo:**

	31.12.2023	31.12.2022
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	233.833	132.583
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	24.342	12.581
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(71.076)	88.669
<b>187.099</b>	<b>233.833</b>	

**g) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Custo do serviço corrente bruto	1.152	644
Custo do serviço líquido	<b>1.152</b>	<b>644</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	118.135	113.281
Rendimento esperado dos ativos no ano	(133.947)	(118.313)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	24.342	12.581
Juros líquidos sobre o passivo	<b>8.530</b>	<b>7.549</b>
Total das despesas no exercício	<b>9.682</b>	<b>8.193</b>

### h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2023	31.12.2022
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(973)	20.834
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(91.037)	64.771
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	71.077	(88.669)
Montante reconhecido no exercício em ORA	<b>(20.933)</b>	<b>(3.064)</b>

### i) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Renda fixa	1.184.932	86,53%	1.133.040	84,55%
Renda variável	75.206	5,49%	79.711	5,95%
Investimentos imobiliários	95.760	6,99%	97.716	7,29%
Outros	13.464	0,98%	29.684	2,21%
Total do valor justo dos ativos do plano	<b>1.369.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.340.151</b>	<b>100,00%</b>

### j) Premissas atuariais utilizadas:

#### No exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,09%	9,99%	10,09%	9,93%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,09%	9,99%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	N/A	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A
Taxa de tendência de custos em saúde – projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	7,63%	N/A
Crescimento dos custos médicos devido à idade – projeção dos custos	N/A	N/A	3%	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade – projeção das contribuições	N/A	N/A	1,50%	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	100%	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	0%	N/A

#### No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### k) Estimativa da despesa para o exercício de 2024:

Custo do serviços correntes	1.246
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	10.440
<b>Total da despesa projetada para 2024</b>	<b>11.686</b>

### l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2023	1.180.251		2.014		90.081		20.941	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	(47.821)	51.696	(34)	35	(1.619)	1.318	(608)	51.696
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>1.132.430</b>	<b>1.231.947</b>	<b>1.980</b>	<b>2.049</b>	<b>88.461</b>	<b>91.399</b>	<b>20.334</b>	<b>72.638</b>

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo, visto que os referidos aumentos seriam absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

## 21. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

### Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações intermediárias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

### Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Apoiada na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia decidiu que fossem provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 21.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2023
Trabalhistas (a)	47.144	11.691	(9.394)	3.456	(7.802)	45.095
Cíveis (b)	149.139	74.262	(41.160)	36.367	(49.876)	168.732
Fiscais	233	13	-	-	(246)	-
Regulatório (c)	33.542	17.511	-	2.527	(18.542)	35.038
<b>Sub-total</b>	<b>230.058</b>	<b>103.477</b>	<b>(50.554)</b>	<b>42.350</b>	<b>(76.466)</b>	<b>248.865</b>
Outros Provisões (d)	2.152	-	-	-	(1.036)	1.116
<b>Total</b>	<b>232.210</b>	<b>103.477</b>	<b>(50.554)</b>	<b>42.350</b>	<b>(77.502)</b>	<b>249.981</b>

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
<b>Sub-total</b>	<b>241.355</b>	<b>89.127</b>	<b>(63.899)</b>	<b>40.571</b>	<b>(77.095)</b>	<b>230.058</b>
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
<b>Total</b>	<b>245.342</b>	<b>89.127</b>	<b>(63.899)</b>	<b>40.571</b>	<b>(78.930)</b>	<b>232.210</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

#### a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

#### b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

#### c) Processos regulatórios

##### Processos regulatórios em fase judicial:

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$5.642, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 5.129 está classificado como possível.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$2.785.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$24.448. O valor restante de R\$ 1.111, está classificado como perda possível. O processo está em discussão no âmbito judicial.

### Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.162. Até dezembro de 2023, a Companhia pagou R\$ 1.031 referentes às parcelas 2 a 13 do Auto de Infração, sendo R\$ 797 e R\$ 234 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 282 sobre o saldo do valor principal.
- c.5)** Auto de infração nº 0001/2023/ARCE referente a fiscalização no tema de novas conexões com necessidade de obra, emitido pela Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE em abril de 2023, cujo valor final da multa foi de R\$ 17.510. A Companhia optou por realizar o pagamento integral do auto de infração em 22 de abril de 2023.

### d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

### 21.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	154.318	206.571
Cíveis (b)	3.481.095	2.127.028
Fiscais (c)	1.302.731	1.016.538
Juizados especiais	17.698	1.150
Regulatórios	6.240	5.697
<b>Total</b>	<b>4.962.082</b>	<b>3.356.984</b>

### a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 25 ações previdenciárias que totalizam R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2023 (45 ações - R\$ 112.148 em 31 de dezembro de 2022).

### b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**b.1) Reajuste Tarifário 2022:** Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a Companhia argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Aguarda-se a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

**b.2) Reajuste Tarifário 2010** –O Ministério Público Federal questionou o contrato bilateral de compra de energia elétrica firmado entre a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A (CGTF) e a Companhia Energética do Ceará (COELCE), à época empresas do mesmo grupo econômico, relativamente ao preço alto da energia contratada. Requereu-se a suspensão dos reajustes tarifários realizados desde 2008 e a restituição dos excessos. O juízo de primeira instância acatou em abril de 2014 o pedido de declaração de ilegalidade das receitas auferidas em função da “Parcela A” (parcela não administrável da alíquota, cuja composição foi modificada em 2009), denegando os demais pedidos do Ministério Público, tais como a declaração de ilegalidade do contrato. Tanto a Companhia, quanto a ANEEL interpuseram recursos perante o Tribunal Regional Federal, os quais foram denegados em maio de 2015. O caso foi levado para o STJ e STF. Em dezembro de 2020, o STJ conheceu e negou provimento aos Recursos Especiais, decisão que teve a oposição de embargos de declaração, donde desde então aguarda-se decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- b.3)** IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Em novembro de 2023 foi proferida sentença acatando parcialmente os pedidos iniciais para que seja impedida a cobrança das perdas não-técnicas, porém somente a partir do trânsito em julgado da decisão. Em prazo para interposição de recurso de apelação contra a sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, nos termos em que disposta (sem determinação de devolução de valores), o montante correspondente às perdas não-técnicas deverá ser excluído da tarifa nas futuras revisões tarifárias posteriores ao trânsito em julgado; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.4)** DPCE – Declaração de ilegalidade da cobrança dos TOI's durante a ReN nº 456/2000: A Defensoria Pública do Estado do Ceará requereu a declaração de ilegalidade da cobrança e da suspensão do fornecimento de energia elétrica, através da aplicação de TOI's pela Companhia por ser procedimento ilegal e unilateral, solicitando ainda, a restituição dos valores indevidamente pagos pelos consumidores. Apesar de a ANEEL estar no processo – o que deveria levar o caso à justiça federal, o juízo de primeira instância declarou em maio de 2009 serem ilegais todas as cobranças feitas sob os TOI e ordenou o reembolso em dobro dos valores pagos pelos consumidores. Os respectivos recursos de apelação foram interpostos e em outubro de 2019 o TJCE manteve a sentença inalterada. O caso foi levado para o STJ e STF e aguarda decisão do Relator do recurso especial (STJ). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.5)** COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL – Revisão do valor pago pelo uso dos ativos de algumas cooperativas: Seis cooperativas rurais de energia elétrica (Coperca, Coerce, Cerbo, Cerca, Cerva e Coperva) mantêm ações judiciais para revisar o valor do aluguel pelo uso dos seus ativos de distribuição de energia elétrica localizados na zona rural. Apesar de a companhia pagar regularmente referido aluguel, a discussão sobre a propriedade desses ativos está pendente de decisão, uma vez que eles são mantidos, ampliados e já teriam sido substituídos pela concessionária ao longo dos quase quarenta anos desses contratos e, quanto aos ativos das cooperativas remanescentes, já se encontram integralmente depreciados, conforme manual de contabilidade da Aneel. Os processos se encontram em etapas processuais diferentes, mas em todos os casos se faz necessária uma perícia em campo; nos casos em que essa prova processual foi realizada, constatou-se a depreciação econômica dos ativos remanescentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver reajuste do valor atualmente pago e eventual pagamento do retroativo.
- b.6)** ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) e da Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo já encerrou a fase postulatória. Após a indicação de provas a serem produzidas no processo, aguarda-se impulso do juízo para início da fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.
- b.7)** MPCE/DECON – Indenização coletiva em função de má qualidade no serviço da companhia: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE alega a má prestação do serviço pela ENEL e descumprimento dos termos do contrato de concessão, pelo que exige que o anúncio da venda do controle da concessionária não resulte na paralisação dos serviços, bem como o pagamento de danos morais. A companhia apresentou sua defesa em fevereiro de 2023 e o MPCE/DECON sua réplica em março de 2023. Após esclarecimentos da Companhia, em maio de 2023, o juízo entendeu pela conexão dessa ação civil pública com as ações

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



contra o reajuste tarifário de 2022 e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal no Ceará. O processo já foi recebido pelo juízo federal e, desde então, aguarda decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização no montante de R\$ 48.900 em 31 de dezembro de 2023.

### c) Processos fiscais

#### c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, totalizam R\$ 1.050.665 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022).

A Enel obteve êxito definitivo em 04 processos relativos aos itens (ii) e (vi) citados acima, tendo disso cancelados os débitos no montante total de R\$ 32.500.

#### c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 62.131 e R\$ 5.508 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. No quarto trimestre de 2023 a Companhia recebeu 17 novos autos sobre o tema no valor de R\$ 15.800. O valor total atualizado desses autos, incluindo os novos, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 105.908 (R\$ 15.210 em 31 de dezembro de 2022).

#### c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.199 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022).

### d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber os principais: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

### 21.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	19.926	19.010
Cíveis	28.138	24.850
Fiscais	3.156	4.151
<b>Total</b>	<b>51.220</b>	<b>48.011</b>

### 22. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.282.347 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022). Em 25 de abril de 2023, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 197.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.12.2023	31.12.2022
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

#### b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

#### c) Composição acionária

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)	(I) + (II)				
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,06%	13.695.402	45,97%	14.671.551	18,85%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

#### d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

#### e) Reforço de capital de giro

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

### f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

### g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 10.

### h) Destinação de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício	315.476	640.570
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(15.212)	(78.982)
(+) Reversão de dividendos prescritos	125	114
Lucro ajustado	300.389	561.702
Juros de capital próprio	-	(137.000)
Dividendo mínimo obrigatório	(75.097)	(23.976)
	225.292	400.726
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(13.816)	(2.023)
Reserva reforço de capital de giro (a)	211.476	398.703

(a) O montante de R\$ 211.476 destinado como reserva para reforço de capital de giro ultrapassaria o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Desse modo, será proposto para aprovação em AGO a capitalização parcial desse valor no montante de R\$ 106.000. O montante remanescente de R\$ 105.476 permanecerá na reserva para reforço de capital de giro.

## Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE realizada em 25 de abril de 2023 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que a Companhia registrou lucro passível de distribuição no montante de R\$ 561.702, tendo sido destinado R\$ 160.976 para pagamento de dividendos e o montante restante, abatido pelo valor de R\$ 2.023 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), R\$ 398.703 destinado a reserva de reforço de capital de giro. Desse valor destinado a reserva de reforço de capital de giro, R\$ 197.000 já foram capitalizados (nota explicativa nº 32.2).

### i) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2023	31.12.2022
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(20.933)	(3.065)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	7.117	1.042
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(9.515)	(20.965)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	3.235	7.128
<b>Total</b>	<b>(20.096)</b>	<b>(15.860)</b>

### 23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
<b>Numerador (em R\$ mil)</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	194.775	395.489
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	114.482	232.455
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	6.219	12.627
	<u>315.476</u>	<u>640.570</u>
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
<b>Percentual por ação</b>		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	4,0521	8,2277
Ação preferencial - Classe A	4,2952	8,7214
Ação preferencial - Classe B	4,4573	9,0505

### 24. Receita líquida

---

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023			31.12.2022		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	3.683.803	5.401.993	3.049.439	3.353.499	5.006.374	3.184.518
Industrial	6.387	433.353	849.346	5.767	515.231	919.833
Comercial	188.311	1.434.288	1.667.371	181.293	1.509.206	1.653.629
Rural	474.190	1.187.705	951.329	532.646	1.180.465	763.059
Poder público	35.105	742.858	675.397	31.267	656.746	618.403
Iluminação pública	12.091	623.168	240.638	11.658	637.079	347.347
Serviço público	5.084	258.575	251.815	8.732	285.814	273.871
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	934	2.925.601	516.608	701	2.759.651	473.786
Suprimento e revenda	2	13.542	995	2	12.164	1.161
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.003.415)	-	-	(3.595.108)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.405.907</b>	<b>13.021.083</b>	<b>4.199.523</b>	<b>4.125.565</b>	<b>12.562.730</b>	<b>4.640.499</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	531.563	-	-	417.084
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	4.003.415	-	-	3.595.108
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(42.320)	-	-	(41.337)
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>4.405.907</b>	<b>13.021.083</b>	<b>8.692.181</b>	<b>4.125.565</b>	<b>12.562.730</b>	<b>8.611.354</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	568.607	-	-	660.445
Subvenção baixa renda	-	-	441.737	-	-	295.596
Subvenção de recursos da CDE	-	-	229.851	-	-	250.201
Receita de construção	-	-	1.266.762	-	-	1.958.301
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-	70.591
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	401.356	-	-	191.043
Outras receitas	-	-	192.216	-	-	175.013
<b>Total outras receitas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.100.529</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.601.190</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.405.907</b>	<b>13.021.083</b>	<b>11.792.710</b>	<b>4.125.565</b>	<b>12.562.730</b>	<b>12.212.544</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(1.584.340)	-	-	(1.872.677)
COFINS - corrente	-	-	(659.888)	-	-	(638.646)
PIS - corrente	-	-	(143.265)	-	-	(138.653)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(68.570)	-	-	(63.232)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(697.463)	-	-	(565.767)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	951	-	-	(348.231)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(10.562)	-	-	(10.330)
ISS	-	-	(6.279)	-	-	(6.704)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.169.416)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.644.240)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.405.907</b>	<b>13.021.083</b>	<b>8.623.294</b>	<b>4.125.565</b>	<b>12.562.730</b>	<b>8.568.304</b>

## 24.1. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 24.3.

## 24.2. Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

### Uso de estimativas

#### **24.3. Receita não faturada**

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

#### **24.4. Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### **24.5. Outras receitas**

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

#### **24.6. Subvenção de recursos da CDE**

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber – subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7.

#### **24.7. Ativo e passivo financeiro setorial**

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

### 24.8. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv e 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – para todas as classe de consumidores com alíquota única de 20%(18% energia e 2% fecop) para as classes comercial, industrial, residencial, poder público, serviço público e rural; e isento para a classe residencial com consumo até 50kw, residencial da sub classe baixa renda com consumo de 51kw a 140kw; isento para a classe rural que se enquadrem nas condições previstas no Decreto 32.847/18; isento para a classe de poder público da administração direta do Estado, suas autarquias e fundações.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 25. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	31.12.2023					31.12.2022						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(149.065)	-	(54.850)	-	-	(203.915)	(120.411)	-	(42.023)	-	-	(162.434)
Material	(42.988)	-	(1.100)	-	-	(44.088)	(31.920)	-	(4.190)	-	-	(36.110)
Serviços de terceiros	(696.067)	(25.101)	(33.851)	-	-	(755.019)	(553.391)	(9.689)	(54.526)	-	-	(617.606)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.432.566)	-	-	-	-	(3.432.566)	(3.330.380)	-	-	-	-	(3.330.380)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(804.637)	-	-	-	-	(804.637)	(715.625)	-	-	-	-	(715.625)
Depreciação e amortização	(493.201)	-	(16.785)	-	-	(509.986)	(352.940)	-	(26.609)	-	-	(379.549)
Custo na desativação de bens	(52.674)	-	-	-	-	(52.674)	(4.036)	-	-	-	-	(4.036)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(169.511)	-	(169.511)	-	-	-	(113.124)	-	(113.124)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(28.280)	-	(28.280)	-	-	-	(13.055)	-	(13.055)
Custo de construção	(1.266.762)	-	-	-	-	(1.266.762)	(1.958.301)	-	-	-	-	(1.958.301)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(47.521)	-	-	(47.521)	-	-	(21.848)	-	-	(21.848)
Outras despesas operacionais	(82.928)	-	(43.060)	-	(146)	(126.134)	(63.977)	-	(66.004)	-	(225)	(130.206)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	-	64.797	64.797	-	-	-	-	83.914	83.914
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	(155)	(155)	-	-	-	-	54.998	54.998
<b>Subtotal</b>	<b>(7.020.888)</b>	<b>(25.101)</b>	<b>(197.167)</b>	<b>(197.791)</b>	<b>64.496</b>	<b>(7.376.451)</b>	<b>(7.130.981)</b>	<b>(9.689)</b>	<b>(215.200)</b>	<b>(126.179)</b>	<b>138.687</b>	<b>(7.343.362)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 25.1. Custo do serviço de energia elétrica

#### a) Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Custo com energia elétrica comprada para revenda</b>		
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(1.607.086)	(1.116.726)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(162.653)	(156.440)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(1.245.676)	(1.644.757)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(136.337)	(161.235)
Eletróbrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(139.869)	(139.422)
Cotas de garantia física	(363.268)	(361.612)
Risco Hidrológico	(30.254)	(47.999)
Outros	(57.430)	(18.713)
(-) Crédito de PIS e COFINS	310.007	316.524
<b>Subtotal</b>	<b>(3.432.566)</b>	<b>(3.330.380)</b>

Referente a variação do risco hidrológico: houve a redução da provisão de risco hidrológico devido à melhora do cenário hidrológico no período fazendo com que as geradoras hidroelétricas operem acima da sua garantia física gerando menores valores provisionados para dezembro de 2023.

#### b) Encargos do uso do sistema de transmissão

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão</b>		
Rede básica	(569.343)	(479.323)
Encargos de conexão	(47.147)	(48.822)
(-) Crédito de PIS e COFINS	87.689	113.485
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(275.836)	(300.965)
<b>Total</b>	<b>(804.637)</b>	<b>(715.625)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 26. Resultado financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	40.516	29.930
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	64.402	59.861
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	37.391	265.295
Marcação a mercado da dívida	5.773	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	59.860	-
Juros fundo de pensão	20	35
Outras receitas financeiras	7.392	15.588
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.885)	(17.562)
<b>Subtotal</b>	<b>207.469</b>	<b>353.147</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária de dívidas	(9.586)	(17.911)
Variação monetária de debêntures	(70.271)	(53.687)
Encargos de dívidas	(171.491)	(149.262)
Juros debêntures	(316.347)	(123.619)
Encargos fundo de pensão	(8.552)	(7.583)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(67.198)	(118.245)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(42.350)	(40.571)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(1.670)	(36.039)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(146.817)	(150.350)
Dívida - Marcação a mercado	(66.465)	(28.380)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	61	182
Atualizações de impostos	(13.164)	(5.007)
Atualização P&D/PEE	(3.539)	(3.067)
IOF/IOC	(9.609)	(9.937)
Apropriação custo de transação	(12.524)	(4.049)
Comissão de fiança e seguro garantia	(4.705)	(5.131)
Juros em arrendamento	(5.589)	(6.113)
Outras despesas financeiras	(49.292)	(21.830)
<b>Subtotal</b>	<b>(999.108)</b>	<b>(780.599)</b>
<b>Variações cambiais líquidas</b>		
Variação cambial de dívidas	114.799	74.692
Variações cambiais de instrumentos financeiros	(114.393)	(69.885)
Variações cambiais de outras operações	854	2.255
<b>Subtotal</b>	<b>1.260</b>	<b>7.062</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(790.379)</b>	<b>(420.390)</b>

### 27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(22.624)	(8.161)	(196.101)	(70.855)
Diferidos	(92.226)	(33.189)	17.611	6.381
Incentivo fiscal	15.212	-	78.982	-
<b>Total</b>	<b>(99.638)</b>	<b>(41.350)</b>	<b>(99.508)</b>	<b>(64.474)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>456.464</b>	<b>456.464</b>	<b>804.552</b>	<b>804.552</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	(2)	(2)	2.083	2.083
Doações	2.093	2.093	223	223
Perdão de Dívida Indedutível	486	486	46.439	46.439
Multas indedutíveis	319	319	-	-
Outras despesas indedutíveis	65	65	-	-
Juros sob capital Próprio (JSCP)	-	-	(137.000)	(137.000)
<b>Total das adições</b>	<b>2.961</b>	<b>2.961</b>	<b>(88.255)</b>	<b>(88.255)</b>
Base de cálculo	<b>459.425</b>	<b>459.425</b>	<b>716.297</b>	<b>716.297</b>
Alíquota nominal dos tributos	<b>15%</b>	<b>9%</b>	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	<b>10%</b>		10%	
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(114.850)</b>	<b>(41.348)</b>	<b>(179.050)</b>	<b>(64.467)</b>
Incentivos fiscais	15.212	-	79.567	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(25)	(7)
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(99.638)</b>	<b>(41.348)</b>	<b>(99.508)</b>	<b>(64.474)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>21,83%</b>	<b>9,06%</b>	<b>12,37%</b>	<b>8,01%</b>

### (b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

### (b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	155.507	-	155.507	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	84.614	78.220	6.394	(3.841)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	69.145	214.417	(145.272)	42.901	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	67.699	60.582	7.117	-	7.117	1.042
Instrumentos financeiros derivativos - PL	12.755	45.222	(39.651)	38.051	(3.909)	3.909
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.442	698	744	329	-	-
Outras provisões	67.087	41.879	25.208	7.017	-	-
<b>Total dos diferidos ativos</b>	<b>460.054</b>	<b>442.823</b>	<b>10.047</b>	<b>84.457</b>	<b>3.208</b>	<b>4.951</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.354)	(1.392)	38	42	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(503.336)	(361.233)	(142.103)	(67.073)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	7.733	2.092	5.641	2.092	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	44	43	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(309)	(1.271)	962	4.430	-	-
<b>Total dos diferidos passivos</b>	<b>(497.266)</b>	<b>(361.804)</b>	<b>(135.462)</b>	<b>(60.465)</b>	<b>43</b>	<b>-</b>
<b>Ativo/Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(37.212)</b>	<b>81.019</b>	<b>(125.415)</b>	<b>23.992</b>	<b>3.251</b>	<b>4.951</b>
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-		
<b>Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(125.415)</b>	<b>23.992</b>		

### (b.2) Estimativa de realização

#### Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima lucros tributáveis futuros suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 possam ser utilizados.

A compensação integral do saldo do imposto diferido ativo sobre a totalidade dos prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Expectativa de realização	31.12.2023
2024	13.089
2025	69.114
2026	71.963
2027	1.341
<b>Total</b>	<b>155.507</b>

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos ativos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

### (c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o benefício apurado foi de R\$ 15.212 (R\$ 78.982 em 31 de dezembro de 2022) reconhecido no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

## 28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### 28.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a março de 2025	(100.830)	(74.589)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(64.357)	(84.852)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(17.754)	(167.456)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(484)	(1.401)	(999)	-
Mútuo	Julho de 2022 a abril de 2023	(415.209)	(150.775)	(30.963)	(38.021)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(23.023)	(28.532)	-	-
		(621.657)	(507.605)	(31.962)	(38.021)

## 28.2. Empresas em controle comum

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
<b>Benefícios pós-emprego</b>		<b>(110.146)</b>	<b>(66.799)</b>	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(110.146)	(66.799)	-	-
<b>Comissão</b>		-	-	-	<b>848</b>
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	-	-	848
<b>Prestação de serviços de desenvolvimento</b>		<b>(971)</b>	<b>(230)</b>	<b>1.110</b>	-
Gridspertise Latam S.A.	Novembro de 2018 a	(189)	-	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2023	(782)	(230)	1.110	-
<b>Multa contratual</b>		<b>(310)</b>	<b>(106)</b>	-	<b>(206)</b>
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(310)	(106)	-	(206)
<b>Suprimento de energia - CCEAR</b>		<b>(3.318)</b>	<b>(814)</b>	<b>(28.798)</b>	<b>(1.132.475)</b>
ENEL Green Power Projetos I S.A.		(885)	-	(10.313)	(9.438)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	-	-	(1.116.726)
ENEL Green Power Paranapanema		(104)	(100)	(1.204)	(1.140)
ENEL Green Power Mourão		(29)	(28)	(339)	(328)
EGP Santa Angela 04		(80)	-	(611)	-
EGP Santa Angela 19		(74)	-	(560)	-
EGP Santa Esperança 13		(56)	-	(400)	-
EGP Santa Angela 05		(85)	-	(648)	-
EGP Santa Angela 08		(78)	-	(590)	-
EGP Santa Angela 03		(84)	-	(638)	-
EGP Santa Angela 11		(69)	-	(526)	-
EGP Santa Angela 07		(62)	-	(468)	-
EGP Santa Angela 06		(86)	-	(653)	-
EGP Santa Angela 15		(81)	-	(613)	-
EGP Santa Angela 14		(73)	-	(552)	-
EGP Santa Angela 09	Até o final da concessão	(76)	-	(578)	-
EGP Santa Angela 17		(80)	-	(602)	-
EGP Santa Angela 21		(73)	-	(554)	-
EGP Santa Angela 1		(83)	-	(629)	-
EGP Santa Angela 2		(86)	-	(649)	-
EGP Santa Angela 10		(73)	-	(555)	-
EGP Santa Angela 20		(83)	-	(629)	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(81)	-	(596)	-
EGP Santa Esperança 15		(54)	-	(395)	-
EGP Santa Esperança 17		(51)	-	(373)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(128)	(119)	(845)	(799)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(75)	(70)	(566)	(535)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(211)	(196)	(1.394)	(1.318)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(153)	(156)	(1.202)	(1.136)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(165)	(145)	(1.116)	(1.055)
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão</b>		-	<b>(343)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(4.088)</b>
ENEL CIEN S.A.	Março de 2023	-	(343)	(1.103)	(4.088)
<b>Consumo Próprio</b>		-	-	-	<b>64</b>
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	-	64
<b>Mútuo</b>		<b>(523.574)</b>	<b>(801.543)</b>	<b>(49.640)</b>	<b>(80.910)</b>
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(523.574)	(526.661)	(49.640)	(76.630)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	-	(274.882)	-	(4.280)
<b>Reembolso expatriados</b>		<b>(1.168)</b>	<b>(1.281)</b>	<b>(237)</b>	<b>(381)</b>
ENEL SPA		882	670	211	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(78)	(82)	-	-
ENEL Itália		(96)	(102)	-	(122)
ENEL AMERICAS		(1.088)	(586)	(757)	32
Enel Global Services S.r.l.		552	200	351	200
Enel Grids S.r.l.		(1.340)	(1.381)	(42)	(491)
<b>Venda de ativo imobilizado</b>		<b>(9.977)</b>	<b>(9.977)</b>	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2023	(9.977)	(9.977)	-	-
<b>Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM</b>		<b>(765)</b>	<b>(803)</b>	-	-
Enel Iberia SRL		(765)	(803)	-	-
<b>Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura</b>		<b>(8.051)</b>	<b>(9.533)</b>	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(5.544)	(7.052)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	819	845	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		<b>(658.280)</b>	<b>(891.429)</b>	<b>(78.668)</b>	<b>(1.217.148)</b>
	(-) Benefícios pós-emprego	110.146	66.799	-	-
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>(548.134)</b>	<b>(824.630)</b>	<b>(78.668)</b>	<b>(1.217.148)</b>

(\*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser

controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(\*\*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

### **Suprimento de energia – CCEAR**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

### **Mútuo**

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

### **Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	3.657	5.255
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	68	67
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	(357)	437
<b>Total</b>	<b>3.368</b>	<b>5.759</b>

## **29. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**

### **Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

### **29.1. Instrumentos financeiros**

#### **29.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rúbrica	Categoria	Nível*	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	96.665	96.665	182.558	182.558
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	97.925	97.925	86.900	86.900
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	19.715	19.715	31.969	31.969
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.070.244	2.070.244	1.876.431	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	28.984	28.984	30.022	30.022
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	84.843	84.843	-	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	6.113.012	6.113.012	4.939.453	4.939.453
<b>Total do ativo</b>			<b>8.511.388</b>	<b>8.511.388</b>	<b>7.147.333</b>	<b>7.147.333</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.142.643	1.126.529	936.194	903.395
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	3.020.011	3.047.766	1.135.544	1.160.104
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	722.292	722.292	628.048	628.048
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	629.053	604.627	1.585.760	1.468.537
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	341.482	341.482	373.566	373.566
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	86.127	86.127	81.786	81.786
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	44.040	44.040	21.963	21.963
Arrendamentos	Custo amortizado	2	37.074	37.074	37.599	37.599
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	109.098	109.098	186.130	186.130
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.124.361	1.124.361	1.374.767	1.374.767
<b>Total do passivo</b>			<b>7.256.181</b>	<b>7.243.396</b>	<b>6.361.357</b>	<b>6.235.895</b>

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000

A movimentação é como segue:

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.300</b>
Efeito no resultado financeiro	(220.235)
Marcação a mercado no resultado	(36.039)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.497)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	133.906
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(103.749)</b>
Efeito no resultado financeiro	(261.209)
Marcação a mercado no resultado	58.190
Marcação a mercado no patrimônio líquido	11.450
Pagamento de juros	220.172
Recebimento de principal	(21.214)
Pagamento de principal	51.036
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(45.324)</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2023 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
BNP II	(26.373)	(24.998)	(1.375)	-
Sumitomo	(51.336)	(42.289)	(9.048)	-
Citibank	(8.418)	(9.325)	907	-
Itaú I (8ª Debêntures)	27.022	9.487	-	3.957
Itaú II (8ª Debêntures)	20.266	7.115	-	2.968
BTG Pactual (8ª Debêntures)	33.389	11.873	-	5.260
Scotiabank V	(24.483)	(19.140)	-	(11.808)
Scotiabank VI	(15.391)	(13.094)	-	(5.108)
	<b>(45.324)</b>	<b>(80.371)</b>	<b>(9.516)</b>	<b>(4.731)</b>

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2023.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
<b>BNP II</b>	USD + 2,14%	114.300	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(113.082)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	139.454	Cashflow hedge
		<b>26.372</b>	
<b>Sumitomo</b>	USD + 2,1257%	243.151	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(235.247)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	286.583	Cashflow hedge
		<b>51.336</b>	
<b>Citibank</b>	USD SOFR + 0,9059%	271.601	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(269.531)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	277.949	Cashflow hedge
		<b>8.418</b>	
<b>8ª Debêntures</b>	IPCA + 6,2137%	722.291	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(224.824)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	197.802	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(168.618)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	148.352	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(272.635)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	239.246	Fair value hedge
		<b>(80.677)</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	222.176	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(218.230)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	242.712	Fair value hedge
		<b>24.482</b>	
<b>Scotiabank V</b>	USD + 5,45%	119.307	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(117.188)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	132.579	Fair value hedge
		<b>15.391</b>	

### 29.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### 29.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as instruções para a gestão de riscos por meio das respectivas normas,

procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes processos são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos:

#### **a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control* (Controle de Riscos) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma a quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro da etapa de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as Áreas de Negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

#### **b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **b.1) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	96.664	182.558
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	97.925	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.070.244	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	28.984	30.022
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	6.113.012	4.939.453
<b>Total de exposição</b>		<b>8.406.829</b>	<b>7.115.364</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

#### b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2023	31.12.2022
AAA	100.389	226.935
AA+	44.774	17.249
<b>Total geral</b>	<b>145.163</b>	<b>244.184</b>

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2023	31.12.2022
AA-	(45.324)	(103.749)
<b>Total geral</b>	<b>(45.324)</b>	<b>(103.749)</b>

#### b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

### **b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão**

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

### **b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

## **b.2) Gerenciamento de Capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	2.113.178	2.895.520
Debentures (Nota 16)	3.742.304	1.763.592
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29)	45.324	103.749
<b>Dívida</b>	<b>5.900.806</b>	<b>4.762.861</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(96.664)	(182.558)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(97.925)	(86.900)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>5.706.217</b>	<b>4.493.403</b>
Patrimônio líquido (b) (Nota 22)	4.191.145	3.956.902
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>58%</b>	<b>53%</b>

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023 é de 58% (53% em 31 de dezembro de 2022), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

### **b.3) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios, e possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, que totalizam valores até R\$ 2.150.000, conforme detalhado mais abaixo.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 410.971, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia não deve apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa próprio ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou à sua Holding Enel Brasil. A Companhia apresenta baixo risco de crédito e conta com nota de crédito máxima emitida pela Fitch – AAA (bra).

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos com a EFI no Passivo Circulante era de R\$ 23.574, também com possibilidade de refinanciamento.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>						
Empréstimos e Financiamentos Prê-fixados	-	121.171	260.836	367.584	-	749.591
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.886	17.934	44.999	445.592	51	512.462
Debêntures	64.731	408.899	1.628.186	1.472.169	766.972	4.340.957
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	36.590	468.903	531.099	-	1.036.592
<b>Total</b>	<b>68.617</b>	<b>584.594</b>	<b>2.402.924</b>	<b>2.816.444</b>	<b>767.023</b>	<b>6.639.602</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>					
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	44.701	113.414	156.446	7.127	321.688
<b>Total</b>	<b>44.701</b>	<b>113.414</b>	<b>156.446</b>	<b>7.127</b>	<b>321.688</b>

## b.4) Riscos de mercado

### b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Selic	100.389	0,17%	248	0,10%
CDI	44.774	99,83%	243.936	99,90%
<b>Total</b>	<b>145.163</b>	<b>100,00%</b>	<b>244.184</b>	<b>100,00%</b>

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	6.113.012	100,00%	4.939.453	100,00%
<b>Total</b>	<b>6.113.012</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.939.453</b>	<b>100,00%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Taxa fixa	(12.567)	-0,21%	30.151	0,63%
TJLP	275	0,00%	668	0,01%
CDI	4.769.671	80,83%	3.530.976	74,14%
IPCA	1.141.356	19,34%	1.194.017	25,07%
Libor	-	0,00%	6.024	0,13%
USD SOFR	2.070	0,04%	4.155	0,09%
EURIBOR 3M	-	0,00%	(3.130)	-0,07%
<b>Total</b>	<b>5.900.805</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.762.861</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

### **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Dez. 2023		
		31.12.2023	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	100.389	-	-	-
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	44.774	613.543	460.157	2.247
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	6.113.012	363.878	272.908	181.939
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	1.664.678	172.580	209.351	245.327
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(666.077)	(70.481)	(77.843)	(85.131)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(683.746)	(16.447)	(142.823)	(247.839)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(269.531)	(18.890)	(22.986)	(27.082)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(27.755)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	698.934	16.774	146.075	253.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	275	20	24	28
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	3.104.993	268.009	323.957	378.687
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.807.433	148.159	164.580	180.836
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	271.601	18.890	22.986	27.082
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
			<b>1.496.035</b>	<b>1.356.386</b>	<b>909.615</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17 e 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131 II - COELCE	(807)	5.614	6.421	10.950	11.757
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	798	(5.554)	(6.352)	(10.833)	(11.631)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	4.213	5.107	894	5.982	1.769
Sumitomo 4131 - COELCE	1.599	47.267	45.668	85.215	83.616
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(1.547)	(45.730)	(44.183)	(82.445)	(80.898)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	27.480	33.334	5.854	39.060	11.580
CITIBANK 4131 - COELCE	18.890	22.986	4.096	27.082	8.192
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(18.890)	(22.986)	(4.096)	(27.082)	(8.192)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	31.779	38.516	6.737	45.108	13.329
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	76.430	84.413	7.983	92.315	15.885
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(23.790)	(26.275)	(2.485)	(28.735)	(4.945)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	21.943	26.737	4.794	31.426	9.483
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(17.842)	(19.706)	(1.864)	(21.551)	(3.709)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	16.458	20.052	3.594	23.570	7.112
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(28.849)	(31.862)	(3.013)	(34.845)	(5.996)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	26.421	32.218	5.797	37.891	11.470
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	10.398	60.634	50.236	102.379	91.981
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(10.213)	(59.557)	(49.344)	(100.561)	(90.348)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	28.838	34.723	5.885	40.482	11.644
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	5.584	32.560	26.976	54.977	49.393
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(5.484)	(31.982)	(26.498)	(54.000)	(48.516)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	15.449	18.663	3.214	21.808	6.359
<b>Total</b>	<b>178.858</b>	<b>219.172</b>	<b>40.314</b>	<b>258.193</b>	<b>79.335</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

#### b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2023, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2023 (em reais).

**31.12.2023**

#### Passivos em moeda estrangeira

Empréstimos e financiamento	970.535
Exposição patrimonial	<b>970.535</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<b>(953.277)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>17.258</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

#### b.4.3) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo,

podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

## **c) Outros riscos**

### **c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### **c.2) Risco de contratação de energia**

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

### 30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.680.124 em 2024, R\$ 2.641.366 em 2025, R\$ 2.381.682 em 2026, R\$ 2.318.691 em 2027, R\$ 2.340.654 em 2028 e R\$ 39.455.832 após 2028.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

### 31. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	7.541.148	5.330.451
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	-	1.260.750
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2023	10/11/2024	-	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609
-	Riscos frota	28/09/2023	28/09/2024	N/A	1.000

- (i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

## 32. Informações complementares às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa

### 32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2023	31.12.2022
Compensações de PIS e COFINS (nota 19)	(491.891)	(323.717)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debêntures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2023	31.12.2022
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(403.094)	(251.002)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(61)	(181)
	<b>(403.155)</b>	<b>(251.183)</b>

### 32.2 Conciliação das atividades de financiamento

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Demonstrações do fluxo de caixa	Efeito caixa		Nota explicativa	
	31.12.2023	31.12.2022	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de Debêntures	2.100.000	600.000	16	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	991.531	1.930.019	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(2.018.178)	(1.277.103)	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(11.583)	(20.317)		
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(220.172)	(22.816)	29	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	-	(436)	17	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(173.659)	(140.608)		
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>667.939</b>	<b>1.068.739</b>		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	31.12.2022	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2023
		Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>191.983</b>	(125)	75.097	(173.659)	<b>93.296</b>

	31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Juros de Capital próprio	Dividendos pagos	
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>171.729</b>	(114)	23.976	137.000	(140.608)	<b>191.983</b>

### 33. Eventos subsequentes

Com a necessidade de capital de giro, a Companhia captou 4 novos mútuos com a Enel Brasil, no montante total de R\$ 184.430, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantias
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/2024	09/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/2024	17/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/2024	22/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.219	25/01/2024	25/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A